

Pan-Americano de 2007: grande negócio para quem?



RIO 2007?

R\$2

Pan-Americano de 2007: grande negócio para quem?



Agosto de 2005

PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
CNPJ.: 31.888.076/0001-29
Av. Rio Branco, 277 / 1609 Centro
CEP 20.040-009 Rio de Janeiro/ RJ
Telefax: (0xx21) 2210-2124
Correio Eletrônico: pacs@pacs.org.br
Sítio do Pacs: www.pacs.org.br

Série: Globalização e Solidariedade
Nº 4 - Pan-Americano de 2007: grande
negócio para quem?

Texto: Bruno Lopes, Gilmar
Mascarenhas, Licínio da Silva Portugal e
Jorge A. M. Gonçalves, Danielle Barros,
Leonardo Picinatto, Orientadores:
Fernanda Sánchez e Glauco
Bienenstein, Brian Martin. Marvin
Shaffer, Alan Greer, Celine Mauboules

Equipe Técnica:
Marcos Arruda, Sandra Quintela,
Ruth Espínola Soriano,
Terezinha Pimenta, Bruno Lopes.

Revisão: Lycia Ribeiro

Projeto Gráfico:
Gabriela Caspary Corrêa

Ilustrações: Kita Telles

Tiragem: 1.000

Apoio:

Christian Aid
Desenvolvimento e Paz
DKA –Áustria
E-Changer
FPH
Instituto Marista de Solidariedade
Pão para o Mundo
SCIAF
Trocaire

Pan-Americano de 2007 – Grande negócio para quem?

Rio de Janeiro, PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.

59p. (Série Globalização e Solidariedade, 4)

1. Esporte. 2. Orçamento Público. 3. Urbanismo 4. Globalização I.
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul..IV. Título. V. Série

II. III. PACS -

ISBN 58-89366-17-0

índice

1. Introdução	4
2. Pan-Americano de 2007 e seus impactos no Rio de Janeiro Bruno Lopes	6
3. Por um transporte mais digno e sustentável Licínio da Silva Portugal e Jorge A. M. Gonçalves	16
4. Para muito além do esporte: O urbanismo olímpico e seu legado social Gilmar Mascarenhas	20
5. Grandes projetos urbanos e fronteiras Sociais: irrupções da resistência Danielle Barros (PIBIC/CNPq) e Leonardo Picinatto (FAPERJ); Orientadores: Fernanda Sánchez e Glauco Bienenstein; Colaboradores: Bárbara Canto (CNPq/PIBIC) e Bruna Guterman (CNPq/PIBIC)	36
6. Canadá - Escolhas Olímpicas	50
7. Dez razões para se opor a todos os Jogos Olímpicos Brian Martin	54

Introdução

Um evento como os Jogos Pan-Americanos não se trata apenas de mais uma competição esportiva. Desde sua preparação até a sua realização, mudanças estruturais são implementadas na cidade sede, causando efeitos principalmente sobre sua população.

O quarto número da série Globalização e Solidariedade vem chamar a atenção para este tema, em que o foco são os impactos dos Jogos, que acontecem em 2007, no Rio de Janeiro, nos aspectos geográficos, financeiros, sociais, econômicos e ambientais.

É sobre isto que trata o primeiro texto, de Bruno Lopes, em uma tentativa de demonstrar o alto custo de implementação de um evento deste porte e a importância da mobilização popular em torno do mesmo.

Depois, Licínio Portugal, professor do Programa de Engenharia de Transportes da Coppe/UFRJ, apresenta a necessidade da realização de estudos consistentes em relação aos impactos ambientais e nos setores viários e de transporte, decorrentes da construção de um estádio de grande porte, como é o caso do Estádio do Engenho de Dentro.

Grandes Eventos Esportivos e a Cidade que queremos

Os dois textos que se seguem representam uma viagem a experiências similares passadas. O primeiro, escrito pelo professor Gilmar Mascarenhas, do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, faz uma análise sobre os impactos da realização de Jogos Olímpicos e Pan-Americanos na geografia urbana das cidades.

O segundo artigo, um artigo produzido por um grupo de pesquisadores da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, relata os impactos dos Jogos de Barcelona, assim como o Fórum Universal das Culturas, ocorrido em 2004, na cidade espanhola. O mesmo artigo apresenta um estudo sobre o modelo de Pan-Americano do Rio de Janeiro e as influências advindas do modelo espanhol.

Em seguida, apresentamos um artigo de uma organização cana-

dense sobre as possíveis vantagens e desvantagens oriundas da realização dos Jogos Olímpicos de Inverno, previstos para 2010, em Vancouver. Um de seus objetivos é a democratização da realização dos grandes eventos, esportivos ou não, que podem vir a causar impactos prejudiciais à população.

Finalmente, Brian Martin, professor de ciências, tecnologia e sociedade na Universidade de Wollongong, na Austrália, tece duras críticas e propõe mudanças à estrutura atual dos Jogos Olímpicos.

O PACS pretende com esta publicação dar apoio ao Comitê Social do Pan e proporcionar à população carioca um instrumento de conscientização e de reflexão acerca deste grande evento que acontecerá em nossa cidade.

Boa leitura!

Pan-Americano e seus impactos

Entre os primeiros ensinamentos de um curso de economia estão os significados dos termos trade-off e custo de oportunidade. O primeiro se refere às escolhas econômicas as quais o agente abre mão em detrimento de uma outra opção. São duplas de opções que não podem ser escolhidas simultaneamente, ao passo que o segundo significado está relacionado à possibilidade de ganho derivado de uma decisão alternativa e com o mesmo risco.

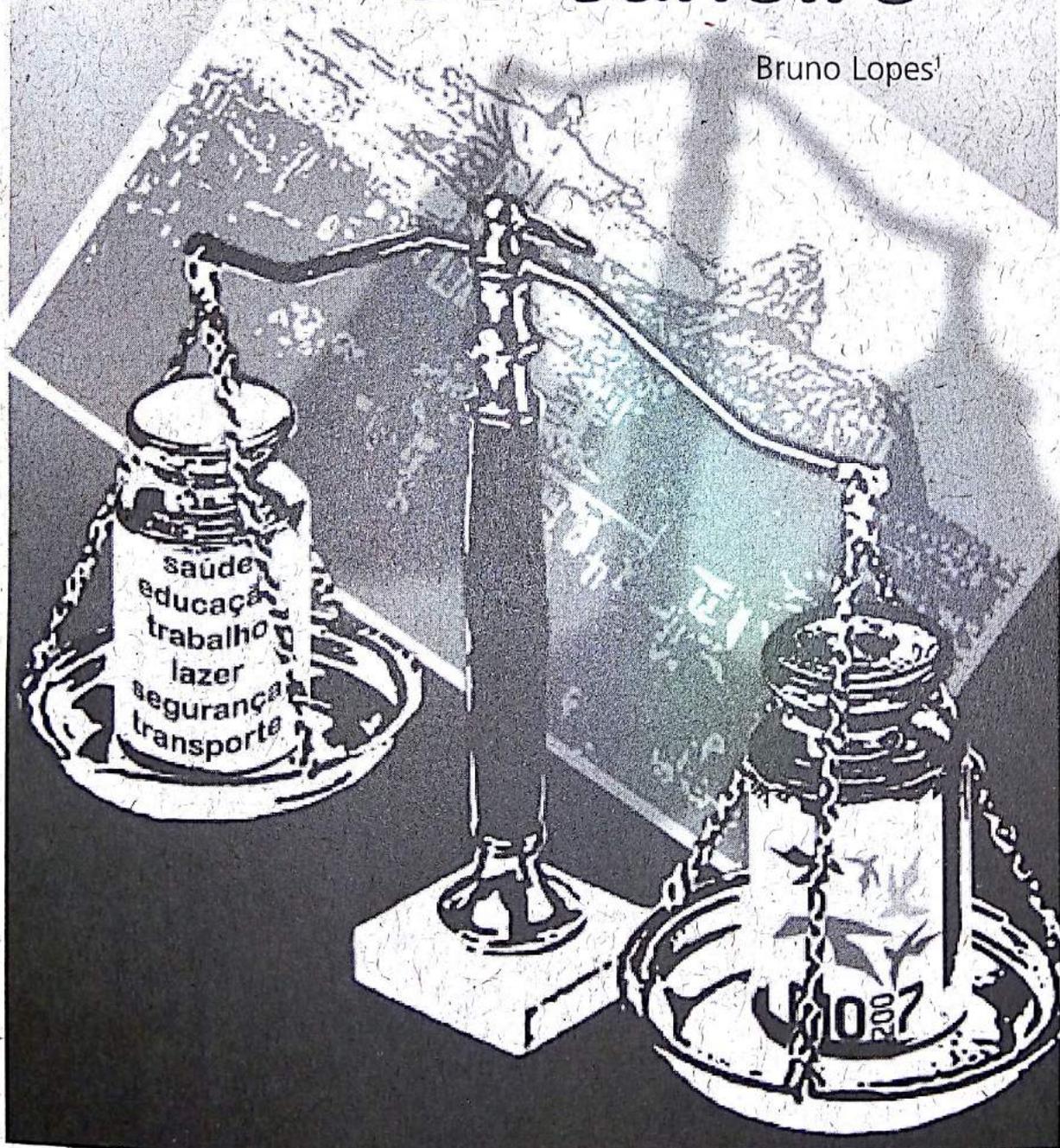
Quando nos aproximamos da temática do orçamento público, uma das primeiras conclusões é de que o governante consciente deve atrelar suas despesas à determinação de prioridades. Afinal, de que vale a construção de uma nova escola se a única estrada que faz sua ligação à cidade não possui boas condições de

tráfego, dificultando o acesso à mesma? Ou então, do que adianta a reforma de um parque em uma comunidade se os hospitais que lá existem não possuem materiais básicos para sua manutenção?

Na conjuntura carioca, a pergunta a ser feita é se um evento do porte dos Jogos Pan-Americanos, que demanda gastos elevados, seja do poder público ou do setor privado, é uma prioridade. Seja qual for a resposta, a decisão já foi tomada por um grupo de pessoas há alguns anos e resta à sociedade, agora, encontrar meios para intervir na sua implementação, a fim de que se torne uma oportunidade de melhoramento da cidade em prol das prioridades reais das populações carentes. De acordo com Barbosa Lima Sobrinho, "sem a participação

de 2007 no Rio de Janeiro

Bruno Lopes¹



1. Estudante de economia, estagiário do PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul junto ao Fórum Popular do Orçamento do RJ e Comitê Social do Pan.

do povo, do contribuinte, do eleitor, o dinheiro público será aplicado segundo critérios que nem sempre representam as melhores soluções para os problemas da comunidade²”.

Conforme a reportagem publicada pela Folha de São Paulo, no dia primeiro de maio de 2005, o somatório da previsão de gastos do poder público referentes à realização dos Jogos deve chegar a R\$ 1,4 bilhão. Destes, R\$ 663 milhões cabem à Prefeitura, R\$ 636 milhões ao Governo Federal e R\$ 112 milhões ao Governo Estadual. É fato que a previsão dos gastos com o Pan não corresponde apenas ao exercício orçamentário de um ano dos entes supracitados. Entretanto, a comparação com as despesas já liquidadas³ ou que estão previstas de serem executadas nas Leis Orçamentárias Anuais continua sendo válida.

Incluído no valor apresentado a ser despendido pela Prefeitura, está a construção de um Estádio Olímpico. Este, segundo dados divulgados pelo Comitê Olímpico



Brasileiro custará aos cofres públicos cerca de R\$ 166 milhões. Somados a este, outros R\$ 70 milhões serão gastos em obras de infra-estrutura e R\$14 milhões em desapropriação de imóveis no entorno do Estádio. Para se ter uma idéia da dimensão destes valores, a soma dos investimentos previstos em educação para 2004 e 2005 no Município do Rio de Janeiro é de R\$ 145 milhões. Vale lembrar que o Rio de Janeiro tem 200 mil pessoas analfabetas com mais de 15 anos⁵. Já no tocante à saúde, a despesa com o Estádio Olímpico também é maior do que a previsão de investimentos, tanto para 2004 (R\$ 143,6 milhões) quanto para 2005 (R\$ 132,6 milhões).

Em relação aos programas de trabalho⁶ do orçamento municipal do Rio de Janeiro, existe um específico, cujo objetivo são ações preparatórias para a realização dos Jogos em 2007. Em 2004 foram liquidados cerca de R\$ 44 milhões e a previsão inicial de despesa para 2005 é de cerca de R\$ 81 milhões.

De acordo com o artigo "Are new stadiums worth the cost?" (A Construção de novos Estádios vale o custo?), de autoria de Roger Noll, publicado pelo movimento "Bread Not Circus" (movimento canadense de coalizão, crítico em torno da candidatura de Toronto aos Jogos Olímpicos de 2008), a construção de um novo estabelecimento esportivo somente será benéfica para a economia local se este for o modo mais produtivo de investir o capital e de utilizar os trabalhadores locais. Noll afirma ainda que só valerá a pena a realização dos Jogos se for formada uma indústria de exportação significativa para a região, no sentido de atrair visitantes para

comprar produtos locais ou se resulta na venda de direitos de transmissão e de venda de produtos de empresas nacionais. Contudo, em geral, os seus efeitos são extremamente pequenos no tocante ao aumento da atividade econômica global e de emprego, finaliza o autor.

O artigo chama atenção para um aspecto fundamental que é a geração local de empregos. No caso do Estádio Olímpico João Havelange, de Engenho de Dentro, no RJ, a previsão é de que sejam criados quatro mil empregos diretos, segundo informações obtidas na página virtual⁷ da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

2. Prefácio da segunda edição da cartilha "De Olho No Orçamento", produzida pelo Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro.

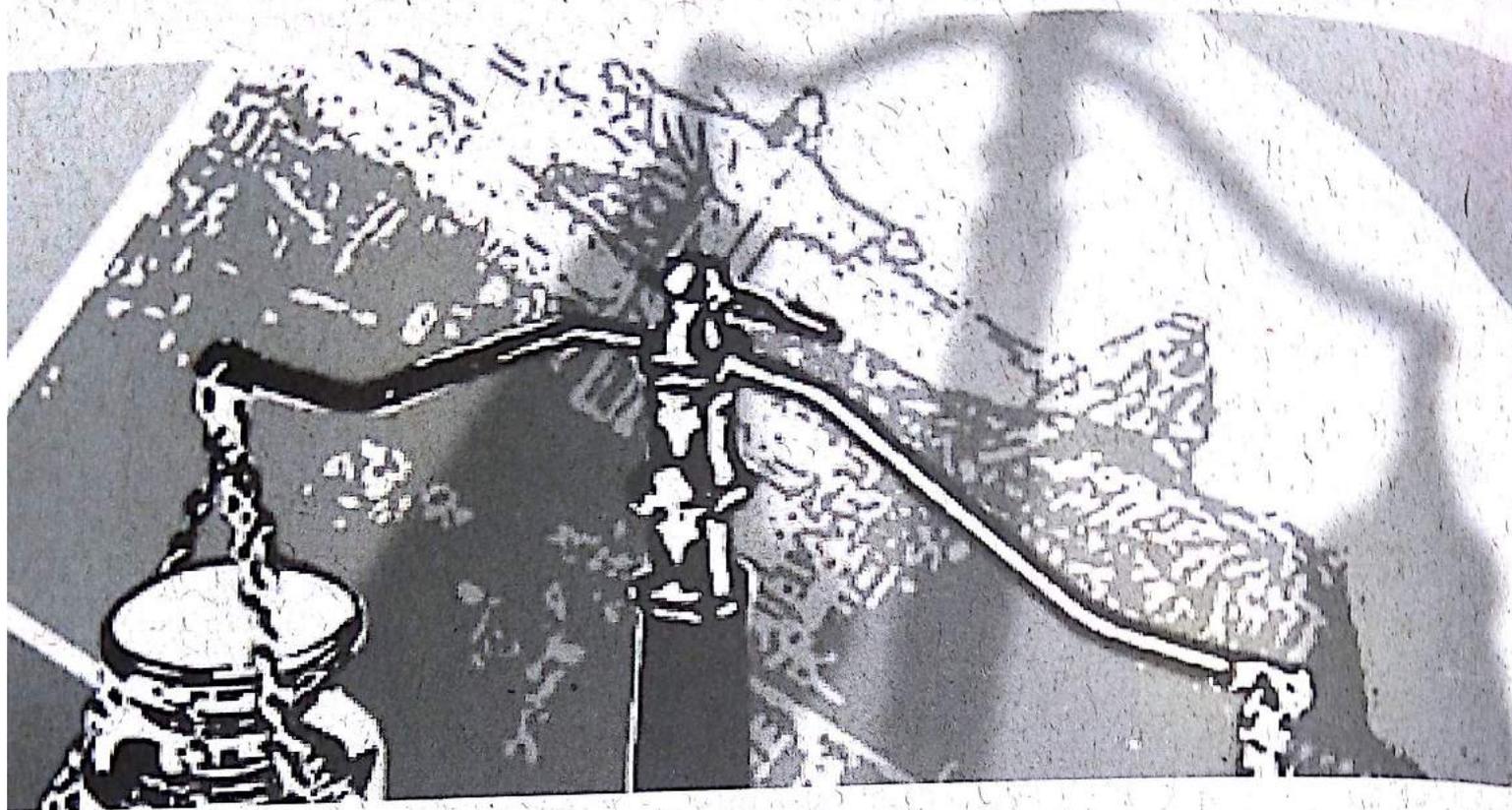
3. Reconhecimento da realização da despesa, seja a compra de um equipamento ou a concretização de uma obra ou serviço.

4. Deve-se entender este investimento como despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como com os programas especiais de trabalho e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

5. Censo IBGE de 2000.

6. Instrumento da ação governamental e pode ser caracterizado por projetos (ação com começo, meio e fim) e/ou atividade (ação de caráter continuado, com objetivo de manutenção dos serviços públicos prestados).

7. Acesso em 2 de junho de 2005.



Além do movimento social supracitado, existem outros, cujo objetivo é o de criticar a estrutura dos grandes eventos esportivos, tais como os Jogos Pan-Americanos e as Olimpíadas. Talvez os mais expressivos sejam os que se mobilizam em torno dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2010 em Vancouver - Canadá. Entre eles, estão o "Canadian Centre for Policy Alternatives" (com estudos sobre impactos econômicos e ambientais dos Jogos, análises de custos, benefícios, e geração de empregos) e o "Impact of the Olympics on Community Coalition". Este, destaca a necessidade de um processo independente da Comissão de Candidatura dos Eventos Esportivos

a fim de assegurar que assuntos propostos pela comunidade sejam considerados. O movimento elaborou um documento com vinte e três itens a serem considerados pela Comissão com o objetivo de que os Jogos beneficiem a comunidade como um todo. Dentre os itens, estão questões relacionadas à responsabilidade e transparência, segurança, transportes, desenvolvimento econômico, destacando a criação de empregos meio ambiente, liberdade civil e habitação⁸.

Em Sidney, na Austrália, sede dos Jogos Olímpicos de Verão em 2000, foi criado o movimento "Anti-Olympics Alliance", cujo objetivo era organizar protestos e eventos para realçar o impacto negativo dos

8. Dados do movimento.

9. Valor convertido em real a partir da cotação de 2 de junho de 2005, de R\$2,96: \$1 euro.

Jogos, entre eles o racismo e injustiças sociais. No entanto, as manifestações críticas em torno dos Jogos foram mitigadas com o término do evento. Na Grécia, foi organizado o movimento "Campanha anti-2004" com o propósito de combater os Jogos em sua forma, tendo em vista seu lado comercial e excludente.

Algumas críticas apresentadas pelos movimentos sociais giram em torno das dívidas financeiras deixadas após os Jogos e dos seus impactos socioeconômicos e ambientais. Na Grécia, sede das Olimpíadas em 2004, de acordo com reportagem publicada pelo jornal El País, em 19 de novembro de 2004, calcula-se que o custo total dos Jogos tenha sido em torno de R\$26,6 bilhões⁹. Segundo a reportagem, o setor público foi o responsável por todas as obras cujo custo está sendo pago pelos contribuintes desde então.

Este fato evidencia a importância do modelo de financiamento a ser seguido. No caso brasileiro, o poder público arcará com a maior parte das despesas, mas também haverá participação do setor privado. No caso da Construção da Vila Pan-Americana, a empresa Agenco terá o direito de vender os apartamentos

após o término dos Jogos, apesar do financiamento para a sua construção ter sido da Caixa Econômica Federal, com verba proveniente do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Já a reforma do Complexo do Maracanã ficará a cargo do Governo do Estado, ao passo que as instalações que serão construídas na Vila Militar, em Deodoro, para as competições de tiro e hipismo, custarão aos cofres do Ministério dos Esportes cerca de R\$ 35,5 milhões.

No Rio de Janeiro foi criado o Comitê Social do Pan, uma articulação do Fórum Popular do Orçamento do RJ, juntamente com o Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor do RJ, Federação de Associações de Moradores do Município do RJ, Instituto Virtual dos Esportes dentre outras parcerias com movimentos sociais e instituições acadêmicas. O Comitê pretende intervir criticamente na realização dos Jogos, deixando claro sua posição de não ser contra a sua realização, quanto menos sobre assuntos ligados aos esportes. Possui duas proposições básicas: maior participação da população em torno da implementação dos Jogos na cidade, principalmente das comunidades ao redor dos locais de competição, as quais serão afetadas diretamente, e a garantia de que

instalações urbanas a serem construídas possam ter alguma utilidade pública após o evento, sendo utilizadas pelos membros da sociedade e não apenas por instituições privadas. Entre os questionamentos do Comitê estão os possíveis gastos públicos em repartições privadas, possíveis impactos ambientais, geração de emprego e o cumprimento da Agenda Social¹⁰. Percebe-se que a tentativa é aproveitar as intervenções necessárias para a realização dos Jogos e fazer com que este traga benefícios à população como um todo, e não apenas para setores e territórios isolados.

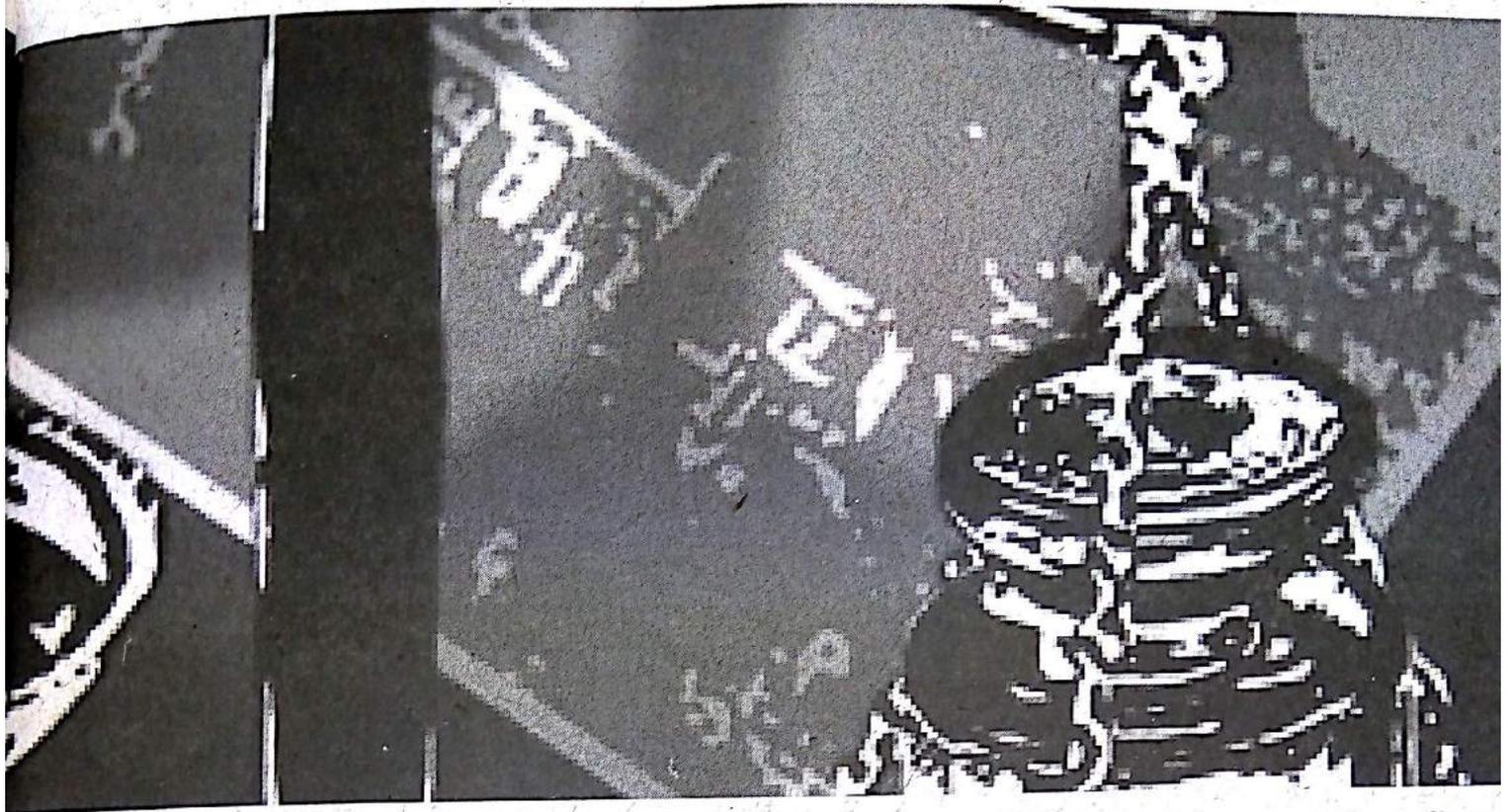
Entre as características deste tipo de evento está o fato de que sua realização possui o poder de elevar a auto-estima da população. O sentimento nacionalista é afluído. Não é à toa que movimentos críticos ao evento, não necessariamente contra o evento, são considerados antipatriotas, assim como aqueles que defendem uma reformulação do mesmo. Contudo, uma das questões principais ante o Pan 2007 é aquilo que está deixando de ser investido para ser alocado nos Jogos. Ademais,



os elevados gastos do poder público, poderão acarretar dívidas a serem pagas no futuro, como foi o caso da Grécia. Entre as formas de pagamento desta, está o aumento dos impostos, ou então um simples aumento da dívida consolidada¹¹, que no caso do Município do Rio de Janeiro em fevereiro de 2005 chegava a R\$ 7,1 bilhões¹².

O que falta no caso do Rio é um estudo consistente no tocante aos benefícios econômicos para a cidade, provenientes dos Jogos. O ideal é que sua realização deixe um legado de infra-estrutura considerável

10. Agenda promovida pelo Poder Executivo, através do decreto Nº 23599 de 16 de Outubro de 2003, estabelecendo metas sociais para as comunidades com baixo IDH no município do Rio de Janeiro a serem atingidas até a realização dos Jogos em 2007.



e compatível com o montante de gastos realizados, e que gere um significativo aumento na quantidade de empregos, tanto no setor de construção (antes dos Jogos), hotelaria e serviços (durante os Jogos), quanto no mercado informal, e que esses empregos não acabem juntamente com o fim dos Jogos.

Desta forma, deve-se buscar a maximização dos benefícios oriundos da realização dos Jogos. No caso da Grécia, o maior legado foi

no sistema de transportes, uma vez que foram construídos um novo aeroporto, um metrô, estradas e autopistas com o objetivo de melhorar o trânsito antes dos Jogos. O custo destas obras, entretanto, foi de R\$ 29,6 bilhões¹³ arcados tanto pelo setor público quanto pelo setor privado.

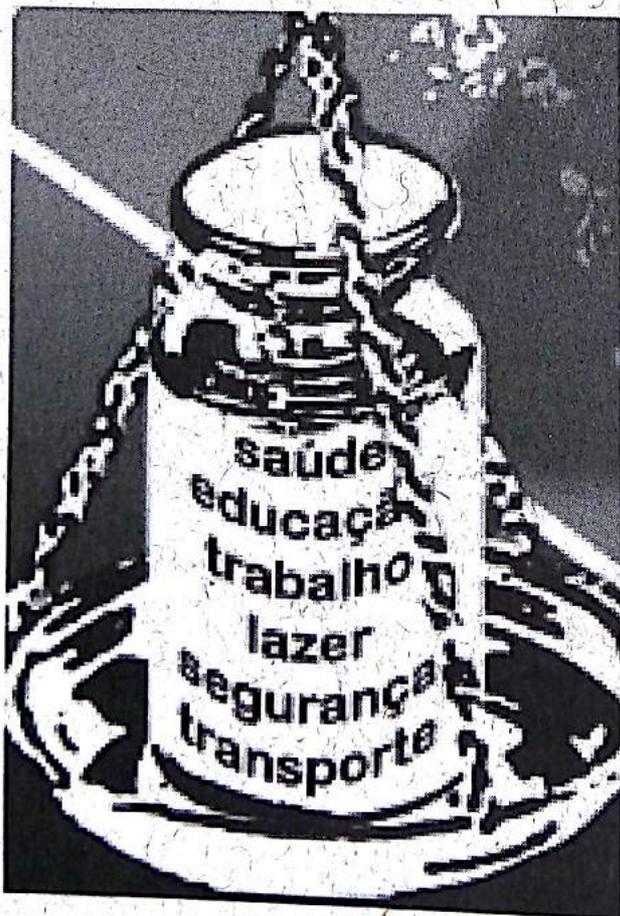
No caso do Rio de Janeiro, a ampliação do sistema metroviário, tema de competência estadual, mas que o município tinha feito convênio

11. Montante total das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a um ano.

12. Relatório resumido da Execução Orçamentária do Município do Rio de Janeiro, publicado no Diário Oficial em 1 de abril de 2005.

13. Valor convertido em real a partir da cotação de 1 de junho de 2005, de R\$2,96: \$1 euro.

assumindo a responsabilidade pelas despesas, aparentemente foi descartada por questões ambientais explicitadas pela Federação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA)¹⁴ e muito questionada pelo Fórum Popular do Orçamento e o Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor. Isso porque a Prefeitura previa a construção de apenas um trecho da linha, não havendo compromisso nem prazos para construção da linha inteira.



Nenhum outro plano no campo dos transportes de massa foi apresentado. As intervenções previstas afetam principalmente as localidades no entorno dos locais de competição, tais como a duplicação da Avenida Abelardo Bueno, ao lado do Autódromo; a construção de um novo viaduto e um outro que será duplicado, além de reformulado o acesso do bairro de Engenho de Dentro à Linha Amarela, um dos principais eixos viários da cidade. Haverá ainda uma ligação direta do Estádio com a Vila Pan-Americana. Possivelmente, o deslocamento de público de uma região da cidade para outra provocará transtornos durante os Jogos, visto que as obras planejadas priorizam o transporte individual.

Deve-se considerar também que os efeitos provenientes das obras de melhoria de infra-estrutura urbana e das novas instalações construídas ou reformadas para os Jogos devem beneficiar a população como um todo. Caso estas sejam financiadas com recursos públicos, que possam ser utilizadas para o proveito da sociedade. Os ganhos

14. O estudo de impacto ambiental elaborado pela FEEMA mostra que a primeira etapa do projeto teria 90% do seu traçado escavado em rocha, e seria necessária a remoção da comunidade da Vila União, na Barra da Tijuca, e de retirada de vegetação de área de 1.500 metros quadrados próximo ao Gávea Golf Club.

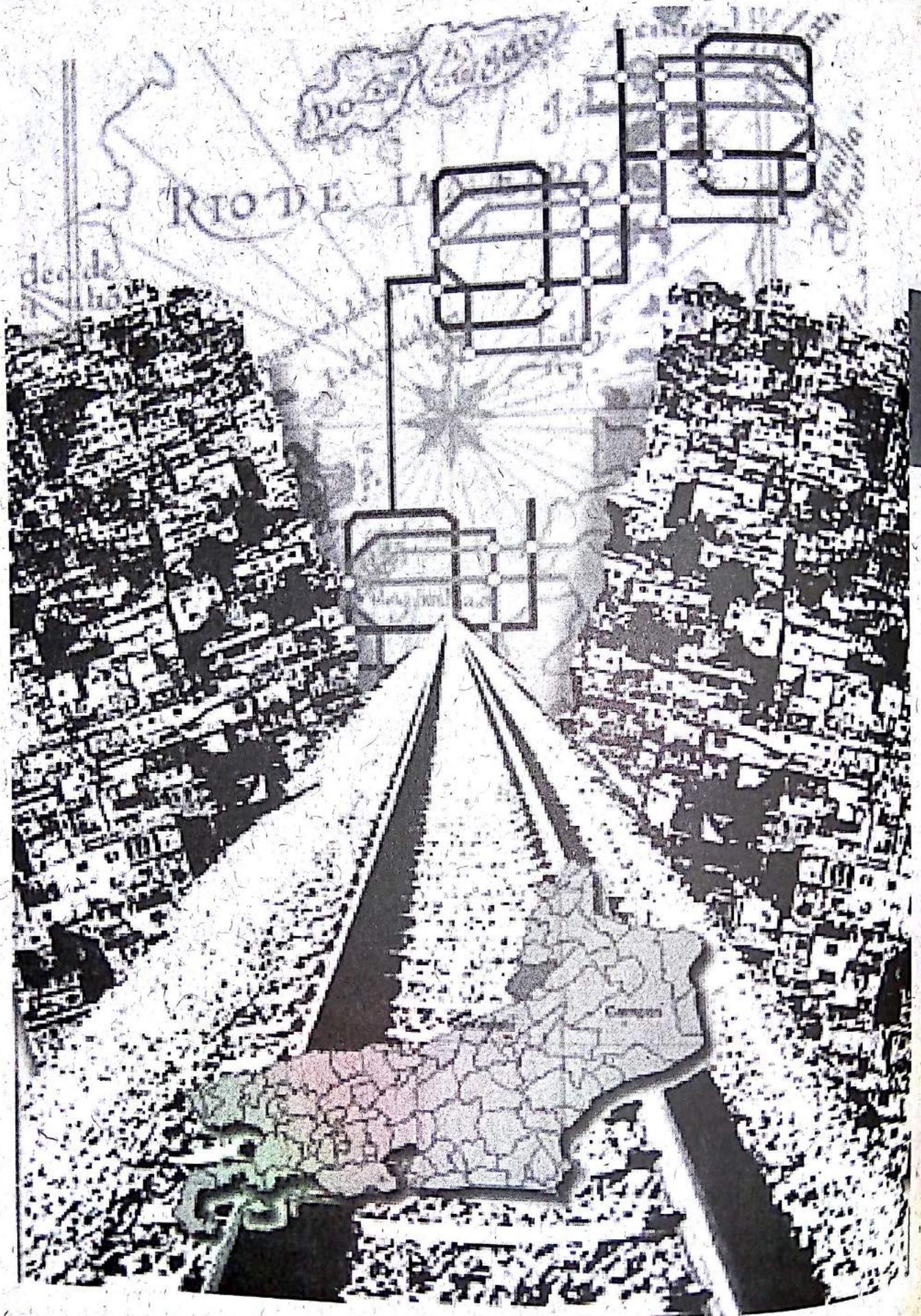


pela realização do Pan no RJ em 2007, cabe à sociedade reivindicar pelo seu melhor aproveitamento em prol de todos.

O grande volume de investimentos deve respeitar o planejamento urbanístico da cidade, em especial o plano diretor que estará em processo de revisão com a participação popular até 2006. Ademais, não deve ter como intuito somente a realização dos Jogos, os quais possuem duração de apenas duas semanas, mas devem ser programados, principalmente, tendo em vista a construção de uma grande infra-estrutura urbana que ficará como legado a ser desfrutado pela população carioca após o término do evento.

dos setores privados - construção, turismo, comércio - e no mercado informal também não podem ser desprezados, assim como o incentivo aos esportes, sendo necessário trazer para o debate sua faceta de desporto comunitário em contraposição a do esporte de alto rendimento.

Como foi dito no início do presente artigo, uma das virtudes de um bom governante é saber elencar as prioridades de sua cidade, melhor ainda quando utiliza formas democráticas participativas para tal. Todavia, uma vez que já foi decidido



Por um transporte mais digno e sustentável*

Licínio da Silva Portugal
Jorge A. M. Gonçalves¹

O processo de favelização das cidades brasileiras pode ser explicado por distintos fatores, dentre os quais os especialistas têm destacado: (1) o fluxo migratório derivado da falta de ações efetivas de fixação do homem ao campo e de fortalecimento das cidades de pequeno e médio porte; (2) o empobrecimento da população; (3) a inexistência de planejamento de uso do solo como de políticas habitacionais para os segmentos de menor poder aquisitivo; (4) a fragilização dos transportes públicos. O mesmo se

aplica à Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), podendo-se destacar o papel desse último fator, particularmente no que concerne à degradação dos trens de passageiros.

A urbanização dessa região está intimamente vinculada ao sistema ferroviário de passageiros que, desde sua implantação, no século 19, contribuiu para a formação de seu território. Esse sistema já transportou um volume diário de 1 milhão de pessoas nos anos 60, chegando, em 1998, a atender a apenas 150 mil

*Artigo publicado originalmente no Jornal do Brasil, 7/1/2005

1. Licínio da Silva Portugal é professor do Programa de Engenharia de Transportes da Coppe/UFRJ. Jorge A. M. Gonçalves é doutorando do Programa de Engenharia de Transportes da Coppe/UFRJ

passageiros por dia, apesar da população ter tido um crescimento superior a 50%. Atualmente, é responsável pelo deslocamento diário de 360 mil passageiros, o que aponta para uma tendência de recuperação, mas ainda em níveis insuficientes.

Nesse contexto, as modalidades rodoviárias - como os automóveis e os ônibus - passaram a ter a função principal do setor, mas sem reunir os atributos requeridos para tal. Cabe ressaltar que tais modos rodoviários se caracterizam por promoverem uma ocupação do espaço mais espalhada e de difícil organização e controle. Além da dispersão das atividades socio-econômicas, o modelo potencializa restrições aos deslocamentos, que, para serem superadas, incentiva que parte da população de menor mobilidade busque morar próximo de centros com mais oportunidades de trabalho e serviços.

No caso da RMRJ, essas condições, em conjunto com outras já citadas, colaboraram para a favelização, além de perda de qualidade de vida. Algumas localidades - como Cingapura, Copenhague e Estocolmo - usaram o sistema metro-ferroviário para integrar a rede de transportes e estruturar a ocupação do território. A RMRJ pode seguir esses exemplos bem-sucedidos, considerando a extensa malha ferroviária existente (cerca de 220 km), servindo a 11 municípios e tendo na sua área de influência uma população de mais de 6 milhões de habitantes.

Considerando também que: (1) É um enorme desperdício a subutilização dessa infra-estrutura, enquanto, ao seu lado, corredores rodoviários operam congestionados; (2) Os ganhos sociais justificam tais investimentos, o que é defendido por diferentes Planos, inclusive o de Doxiades, que infelizmente só é lembrado pelos governantes para respaldar a construção de vias expressas; (3) Os Ministérios das Cidades e dos Transportes estão propondo o aproveitamento de terrenos da RFFSA para a construção de moradias populares; (4) Muitas e

importantes instalações esportivas previstas para os Jogos Pan-Americanos situam-se em ramais ferroviários, como o Engenhão e o Maracanã; (5) As piores notas que a cidade recebeu do Comitê Olímpico, até mesmo em relação ao quesito segurança, foram dadas ao transporte público.

Para que esse projeto também tenha sucesso aqui, é fundamental que algumas ações sejam implementadas, como: a) Ampliar a capacidade e melhorar a qualidade de serviço do sistema ferroviário, bem como a sua imagem, a começar pela modernização das estações e de seu entorno, tornando-as núcleos de centralidade e articuladores dos equipamentos urbanos adjacentes; b) Conceber e implementar uma rede estrutural e integrada de transportes - baseada nos sistemas metro-ferroviário e aquaviário, sintonizada com o desenvolvimento socioeconômico para toda a RMRJ e derivada de um processo participativo, com respaldo técnico e segundo horizonte de longo prazo. c) Inserir as linhas alimentadoras de ônibus, racionalizando a sua operação como a dos caminhões, além de restringir o acesso de automóveis a áreas e em horários críticos; d) Integrar institucionalmente os organismos para garantir ações e políticas unificadas

nos setores de transportes e uso do solo; e) A partir da melhora da acessibilidade gerada pelos trens, agregar valor a esse benefício, promovendo um programa de revitalização e fortalecimento das áreas adjacentes às estações; f) Priorizar medidas para construção de habitação popular nestes locais, garantindo-se instrumentos legais que inibam a expulsão dos segmentos menos favorecidos pela especulação imobiliária; g) Articular as forças políticas na elaboração e implementação desse projeto, nas suas diferentes esferas de governo, com o envolvimento da sociedade e parcerias com entidades privadas. Assim, se o sonho de sediar uma olimpíada ficou mais distante, existem outros mais próximos e prioritários - como o de construir um sistema de transportes mais digno e promotor de desenvolvimento socioeconômico - que só dependem de nós.

Para muito além do esporte: O urbanismo olímpico e seu legado social

Gilmar Mascarenhas¹

I - Introdução

As competições olímpicas são mega-eventos e, como tal, têm inquestionável poder de transformação sobre os espaços onde são realizadas. Resultam, pois, em clara oportunidade para o novo modelo de planejamento e gestão das cidades, calcado na lógica do mercado. Todavia, também representam uma oportunidade de pensar e enfrentar crônicos problemas urbanos. O certo é que, quando tratamos de eventos olímpicos, sob o ângulo do urbanismo, do planejamento e da gestão das cidades, estamos abordando algo que vai para muito além do esporte.

Entendemos por urbanismo olímpico o conjunto de pressupostos e intervenções sobre as cidades que acolhem os grandes eventos olímpicos. Trata-se, pela natureza intrínseca do fato esportivo, de dotar as cidades de instalações específicas, que atendam às distintas modalidades, dentro de padrões normativos internacionais. Mas trata-se também de criar condições de alojamento para os milhares de atletas, pessoal de apoio e membros dos comitês olímpicos, bem como para a imprensa. Além disso, quase sempre a cidade-sede requer expansão ou melhorias





em sua infra-estrutura geral (transportes, telecomunicações, malha viária etc.). Trata-se, enfim, de um amplo conjunto de intervenções urbanísticas; um momento-chave na evolução e no planejamento das cidades.

Por isso tentamos resgatar a experiência mundialmente acumulada de realização de grandes eventos olímpicos, no que tange especificamente à política urbana, entendida como o conjunto de atores, pressupostos e ações sobre a cidade. Tentaremos demonstrar como o olimpismo, após um tímido início em 1896, foi adquirindo grande envergadura, poder e impacto local; e como foi incorporando, paulatinamente, o interesse coletivo em suas realizações, particularmente no pós-segunda

guerra mundial. Todavia, mais tarde, com o advento de um novo contexto histórico, no qual as forças neoliberais se impõem com maior intensidade, o olimpismo se revestiu de um caráter altamente empresarial, distanciando-se do interesse social que o caracterizou no período anterior.

No momento em que a cidade do Rio de Janeiro se prepara para um grande evento esportivo, envolvendo elevados recursos públicos e diversas intervenções urbanísticas, afetando o meio ambiente e o conjunto da sociedade, e particularmente os moradores das áreas diretamente afetadas pelas intervenções, cumpre examinar a experiência historicamente acumulada, e delas colher um balanço crítico. Quiçá para não repetir os erros do passado.

II - Urbanismo olímpico: do amadorismo inicial ao legado social

Recorrendo à história do olimpismo moderno, devemos reconhecer que as primeiras décadas de Jogos Olímpicos deixaram poucos vestígios na paisagem urbana, devido ao amadorismo reinante. A falta de apoio oficial, a pouca difusão do movimento olímpico, o reduzido número de participantes², uma série de fatores, enfim, somaram para um grau ainda incipiente e amador de organização e porte dos Jogos Olímpicos, caracterizados pelo improvisado e precariedade das instalações físicas. Segundo Muñoz (1996), somente em 1932³ pode-se

falar, embora timidamente, em "urbanismo olímpico", quando a cidade de Los Angeles utilizou os jogos como oportunidade de reerguimento da economia local, muito abalada pela crise de 1929, e edificou a primeira vila olímpica da história dos jogos com características de habitação permanente⁴. Em 1936, Berlim seguiu o exemplo e consolidou a nova tradição de edificação de vilas olímpicas dotadas de alguns equipamentos específicos para os atletas.

Após a Segunda Grande Guerra Mundial, o olimpismo adquiriu força inédita, atraindo maior interesse e apoio governamentais, bem como verificando crescente adesão de atletas de diversos países. Inicia-se aqui a famosa bipolarização esportiva entre

2. Na primeira Olimpíada da era moderna, em Atenas (1896), compareceram apenas 285 atletas, de treze países. Atualmente os Jogos atraem mais de dez mil atletas. Nas duas edições seguintes (Paris 1900 e St Louis, 1904), utilizou-se uma estratégia para garantir público expectador mínimo: realizar os Jogos no mesmo lugar e momento de eventos bem mais importantes, as exposições universais. Ainda assim, em 1904, na cidade norte-americana de Saint Louis, apenas nove países compareceram aos Jogos.

3. Os jogos anteriores, realizados em Amsterdã, foram os primeiros a contar com expressiva cobertura midiática internacional: emissoras de rádio e jornais. O evento perdera seu conteúdo romântico e amador.

4. Em 1924, Jogos de Paris, alguns atletas se alojaram em área de barracas, próxima ao estádio olímpico, organizada e servida (correios e atendimento médico, por exemplo) pelo comitê organizador do evento. Até então normalmente os participantes das Olimpíadas se alojavam por conta própria, seja na rede hoteleira, seja informalmente em quartos alugados ou cedidos por particulares. Paris não apresentava limitação quantitativa de leitos, de forma que a montagem de barracas respondia não propriamente a uma necessidade logística, mas a uma idealização do Barão de Coubertin, como fundamento ecumênico do olimpismo, acentuado no contexto pós-primeira guerra mundial: reunir pacificamente pessoas de diversas nacionalidades.

URSS e EUA, reflexo da Guerra Fria, projetando ainda mais o evento, como um verdadeiro simulacro da guerra entre as principais potências (Boniface, 1996).

Se em meio às dificuldades de reconstrução do pós-guerra, Londres (1948) recorreu a instalações militares e estabelecimentos escolares para alojamento dos atletas, em 1952 Helsinki inaugura a era dos grandes projetos habitacionais populares, geridos pelo poder público, a partir dos Jogos Olímpicos. Iniciava-se um novo período, no qual este grande evento se estruturava, incorporando demandas sociais, de habitação, de transporte e de infra-estrutura em geral.

Nos Jogos seguintes, Melbourne (1956) não apenas seguiu este modelo como incorporou o uso de vasta infra-estrutura esportiva universitária. Em Roma (1960), a novidade foi a criação de uma vila olímpica com modernas e bem equipadas instalações dentro de um explícito projeto de expansão urbana, incluindo a implantação de infra-estrutura geral e de acesso. Devemos, todavia, considerar o novo contexto sócio-econômico, para entender a afirmação de um "urbanismo olímpico" multiplicador de equipamentos públicos de lazer e esporte: a consolidação do Estado de

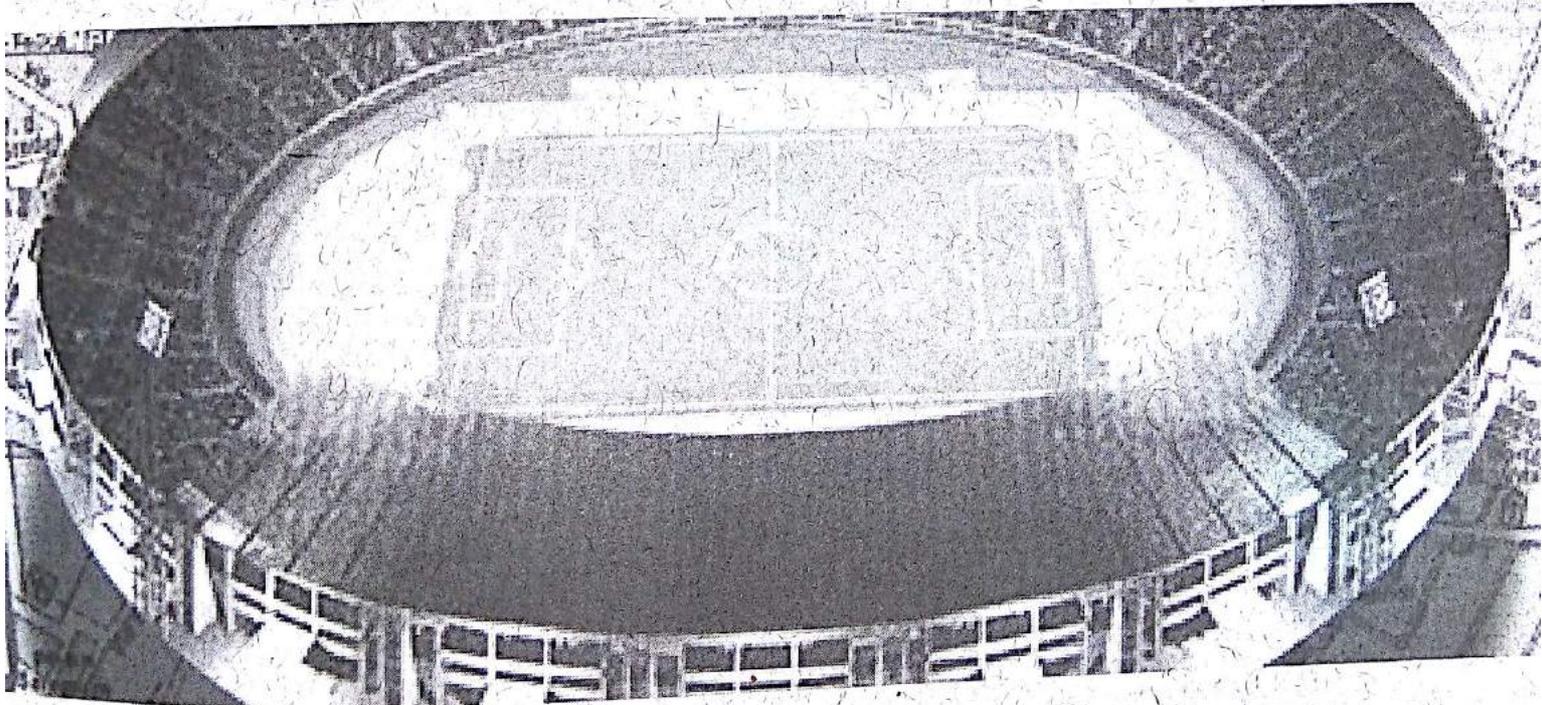
Bem-estar Social na Europa Ocidental não apenas garantiu maior capacidade de consumo como também oportunizou a difusão da prática esportiva, dentro da política social "esporte para todos". Desde então, cada olimpíada vem deixando (ou propiciando) marcas indeléveis na paisagem das cidades, tornando-se uma efetiva possibilidade de executar o planejamento urbano.

Em 1964, Tóquio se valeu dos Jogos para reconquistar às Forças Armadas dos EUA toda uma área que havia sido utilizada para alojamento militar desde o final da segunda guerra, ali instalando a vila olímpica. Outra estratégia local foi a dispersão das instalações esportivas, envolvendo no projeto dos Jogos ampla reforma viária urbana. A seguir, a cidade do México (1968), além de optar por alocar as duas vilas olímpicas na periferia, numa perspectiva de integração da mancha urbana, nelas erigiu 24 blocos de apartamentos, numa clara definição de uso residencial popular após o evento.

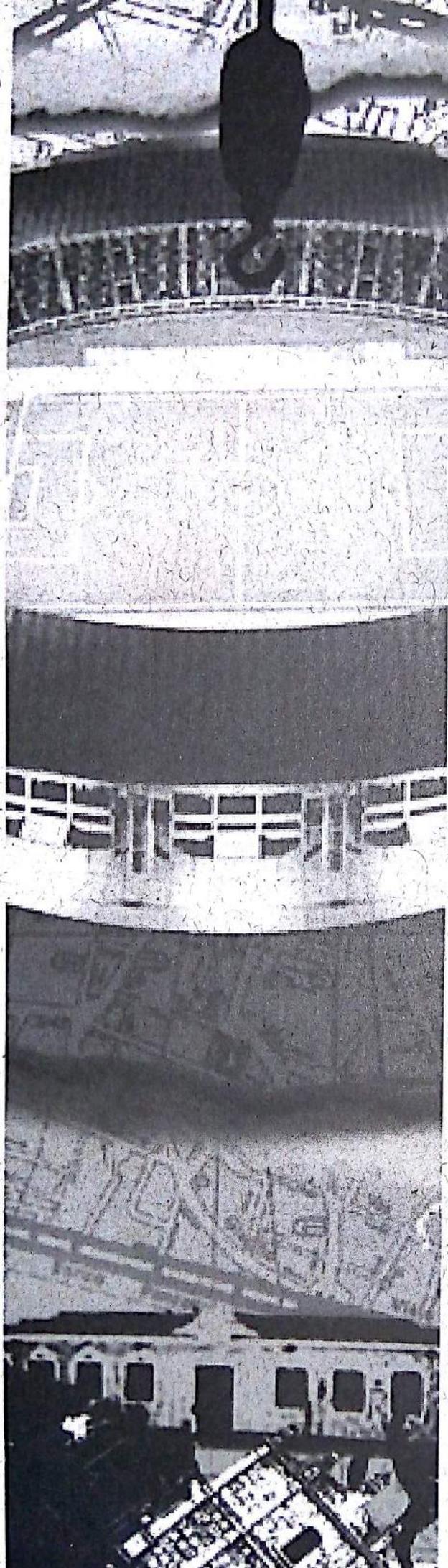
Nos anos 70, nota-se um aprimoramento desta conjugação entre Jogos Olímpicos e planejamento urbano. Entre urbanistas, crescia naquele momento a preocupação para com a indesejável obsolescência das

áreas centrais, em favor de novos sub-centros e subúrbios de perfil econômico elevado, processo acionado sobretudo pela difusão do uso do automóvel. Nos Jogos Olímpicos de Munique (1972) e Montreal (1976) nota-se, segundo Muñoz (1996), uma clara política de instalação ou aproveitamento de equipamentos esportivos junto à área central, valorizando-a. Podemos afirmar que neste momento os Jogos Olímpicos propiciaram a oportunidade de concretização de novas idéias urbanísticas, que ainda hoje situam-se no centro do debate sobre a renovação das cidades.

Moscou (1980) retoma e demarca o ápice da política de construção de habitações populares a partir de uma vila olímpica: nada menos que dezoito blocos de apartamentos pré-fabricados com 16 andares cada um. O imenso investimento soviético se explica não apenas pela conformidade de tal iniciativa com o modelo funcional e homogêneo de urbanismo socialista, mas sobretudo por ser aquela ocasião para a já decadente URSS uma das últimas chances de exibir ao mundo seu poderio (atlético, financeiro e organizativo)⁵.



5. Foram investidos três bilhões de dólares, envolvendo construção de novo aeroporto internacional, ampliação do metrô, e formidável conjunto de instalações esportivas.



A década de 1980, todavia, marcaria para sempre a trajetória do socialismo e dos estados de bem-estar social. A ascensão de governos de marcante corte neoliberal (com destaque para Ronald Reagan, nos EUA e Margareth Thatcher, no Reino Unido) sinalizavam um novo momento histórico, de recuo do interesse social em favor do mercado, no contexto de diversos autores definido como modo de acumulação pós-fordista.

O esporte, como qualquer outra dimensão da vida social, não poderia deixar de sofrer impactos destes novos ventos. O Comitê Olímpico Internacional (capitaneado por Juan Antonio Samaranch), bem como a FIFA (sob a direção do brasileiro João Havelange) se reestruturaram, no sentido de multiplicar os recursos financeiros, especialmente através do marketing agressivo das marcas esportivas e da negociação de direitos de transmissão dos seus eventos. Inicia-se então um novo período para o urbanismo olímpico⁶.

6. Ambos presidiram por longo período as respectivas entidades. O catalão Samaranch esteve a frente do COI de 1980 a 2001, gestão somente superada em duração pelo lendário Barão de Coubertin, criador dos Jogos Olímpicos na era moderna, que presidiu a entidade de 1896 a 1925.

III - As forças do mercado: uma cidade para poucos

Los Angeles (1984) foi um marco no processo histórico de transformação dos Jogos Olímpicos, no sentido do crescente poder empresarial em sua organização⁷. O último evento no bloco capitalista (Montreal, 1976) vinha sendo criticado pela ausência de um gerenciamento eficaz, do ponto de vista econômico. E assim, pela primeira vez, o Comitê Olímpico Internacional não firmou contrato com o poder público local, e sim com um comitê organizador composto basicamente por empresários.

Este grupo e o Comitê Olímpico dos EUA (United States Olympic Committee) assumiram toda a responsabilidade financeira sobre o evento, que ficou conhecido como os "Jogos Capitalistas" (Andranovich et al, 2001:119 e121), aqui melhor entendido no sentido de um evento altamente lucrativo e conduzido com mínima interferência do poder público. O principal legado para a cidade foi o aprimoramento de infra-estrutura, particularmente viária e de telecomunicações.

Seul (1988) e Barcelona (1992) adotaram plenamente a parceria público-privado: no primeiro, o governo local arcou com metade dos gastos (US\$3.5 bilhões); no segundo, com 65% dos mais de cinco bilhões de dólares investido no evento (McKay e Plumb, 2001). Constituem-se, portanto, claros exemplos de uso dos Jogos Olímpicos como poderosa alavanca para o desenvolvimento urbano. Ambas as cidades investiram vultosas quantias e implementaram projetos urbanísticos de elevada envergadura, redefinindo centralidades e constituindo verdadeiros marcos na evolução urbana. Ademais, conseguiram projetar mundialmente a imagem destas cidades, proporcionando efeitos multiplicadores a curto e médio prazo: grande aumento do afluxo de turistas, dos investimentos etc., a exemplo de Los Angeles (1984).

Jogos Olímpicos em pauta. Seul e Barcelona promoveram não apenas uma eficiente política de renovação de sua área central! Suas vilas olímpicas também constituem uma novidade em termos de geração de novas moradias: trata-se de uso residencial para classes médias, e não mais destinadas ao uso popular, marca tradicional das vilas

7. Com a venda do direito de transmissão televisiva do evento levantou-se quantia inédita. A rede americana de televisão A.B.C. pagou 325 milhões de dólares pelo direito da transmissão dos Jogos com exclusividade.

olímpicas até então. Mais uma vez, podemos observar a incidência de novas forças macro-estruturais, desta vez típicas do período neoliberal que se instaura sobretudo com a derrocada do bloco soviético em 1990: o declínio das políticas sociais, em favor dos princípios do mercado. A vila olímpica de Barcelona, muito bem equipada e provida de amenidades naturais como a posição litorânea, representa esta mudança evidente na política urbana, de novo crescentemente envolvida com interesses privados. E a cidade procura afirmar ao mundo sua capacidade empresarial.

Conhecida como Jogos Coca Cola (cidade-sede da empresa que é uma das maiores patrocinadoras do COI), a experiência de Atlanta (1996) consolida o modelo de organização dos Jogos baseado na parceria público-privado, concentrado no esforço de retomada de desenvolvimento e na estratégia de profunda revitalização urbana⁸. Neste sentido, na decadente área central foi criado um amplo e bem equipado parque (Centennial Olympic Park), fomentador de turismo e convenções. Trata-se de investimento promovido pelas

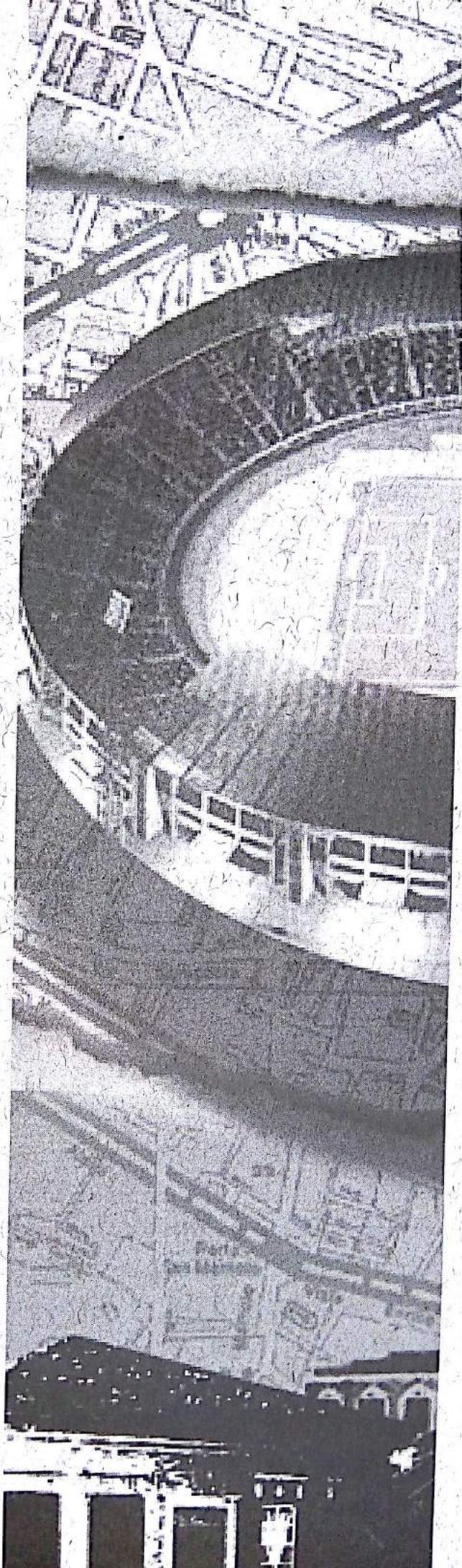
finanças do evento, mas não diretamente relacionado a sua operacionalização, e sim destinado à cidade. Por outro lado, o estádio de beisebol, considerado inútil após os Jogos, foi inteiramente demolido, ao mesmo tempo em que o estádio olímpico foi radicalmente reduzido.

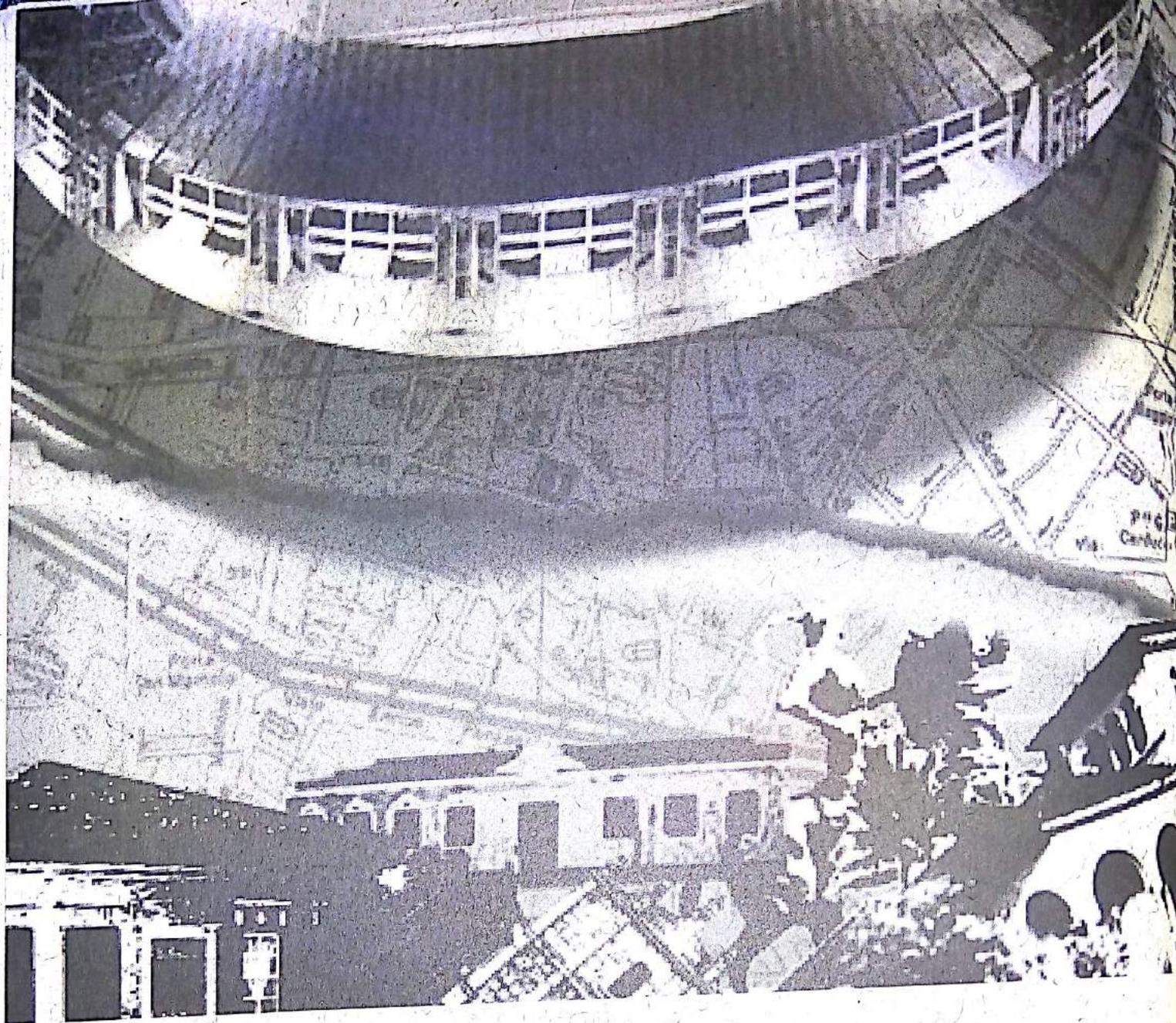
A vila olímpica, situada em pleno campus do Instituto de Tecnologia da Geórgia, foi erigida em estruturas para serem desmontadas imediatamente após os Jogos: uma apologia à efemeridade. Outro expressivo impacto dos Jogos Olímpicos na cidade foi a instalação de 450 mil milhas de cabos de fibra ótica, tornando Atlanta a segunda mais conectada cidade norte-americana, e atraindo empresas de alta tecnologia (McKay e Plumb, 2001).

8. Segundo Andranovich et al (2001:122), a ausência de instalações esportivas em quantidade e qualidade compatíveis com o evento, além de outros aspectos de infra-estrutura, inviabilizaram a aplicação do modelo integralmente privatista utilizado em Los Angeles, recorrendo-se a recursos públicos.

Em Sydney (2000), os gastos públicos voltaram a consistir no principal aporte financeiro à realização do evento, e sua vila olímpica expressa o maior grau de sofisticação já alcançado na história do olimpismo. Pressionada pelos militantes do Greenpeace (a maior organização ambientalista do planeta), e seguindo os novos parâmetros delineados pelo COI, a organização do evento primou pela preocupação ecológica. Neste sentido, a vila olímpica constitui um sofisticado bairro litorâneo com energia solar e outras modernas tecnologias relacionadas ao meio ambiente, numa área antes abandonada, utilizada como pasto de animais e depósito de armamentos. Um grande empreendimento imobiliário, com dois mil imóveis de elevado padrão, muitos vendidos antes mesmo da realização do evento (McKay e Plumb, 2001).

Dispersando as instalações esportivas, Atenas (2004) pôs ênfase no sistema viário e de transporte, enfrentando um grande problema local. Sua imensa vila olímpica, contendo 366 edifícios de dois, três e





quatro andares (2.292 apartamentos no total), e unidades habitacionais de três a cinco quartos, não deixa dúvida quanto ao elevado perfil sócio-econômico de seus futuros usuários, e já atraindo novos centros comerciais (Burgel, 2004:81). Ocupando 80 hectares, possui um parque ecológico e completa zona comercial (McKay e Plumb, 2001).

Certamente, os Jogos Pan-Americanos não mobilizam as atenções (e os recursos) nesta mesma escala⁹. Todavia, considerando as condições sócio-econômicas das cidades-sede, a maioria pertencente a países periféricos, o impacto de cada evento adquire relativamente maior envergadura. Num cenário urbano de escassez de infra-estrutura básica, um

9. Para se ter uma noção da diferença de aportes financeiros, enquanto os direitos das Olimpíadas de 2012 foram vendidos à rede americana NBC por 1 bilhão de dólares, os da transmissão do Pan 2003 custaram apenas 4 milhões de dólares à Organização da Televisão Ibero-Americana, que congrega as emissoras latino-americanas.

evento desta dimensão pode contribuir para sanar determinados problemas. Mas pode também comprometer as igualmente escassas finanças públicas, e inclusive acirrar o nível de desigualdade social, conforme a distribuição espacial dos investimentos realizados.

No caso da última edição dos Jogos, em Santo Domingo (2003), foram gastos 240 milhões de dólares, oito vezes mais do que o inicialmente previsto, gerando alto endividamento junto ao FMI. A vila olímpica, seguindo à risca o modelo em vigor nos últimos vinte anos, é composta de pequenos edifícios, amplos apartamentos, completa infra-estrutura, voltados para a classe média e alta local. Para melhorar a imagem do entorno, no miserável bairro de Las Flores, a poucos metros da vila, barracos de zinco foram substituídos por outros de madeira, mantendo problemas básicos como a falta de abastecimento de água (Alcântara et al, 2003).

Neste quadro de injustiça social, uma liderança nacional, o padre salesiano Rogelio Cruz, da teologia popular, mobilizou a sociedade contra os desperdícios e acintes dos Jogos na República Dominicana. O pároco denunciou os elevados custos do evento, num país repleto de graves problemas materiais; o luxo das instalações e da vila olímpica, num país que jamais investira no esporte (seus atletas treinam de pés descalços)¹⁰.

Neste sentido, no dia da abertura dos Jogos, Rogelio Cruz liderou a partir de Cristo Rey, bairro pobre da capital, uma passeata de 500 manifestantes, portando uma tocha da fome (paródia à tocha olímpica). O protesto, que se propunha a denunciar a situação nacional (e não impedir ou boicotar o evento) foi violentamente reprimido pela força policial militar, a tiros de escopeta e gás lacrimogêneo¹¹. O bairro manteve-se militarmente ocupado durante todo o evento¹². Outras manifestações ocorreram, em todo o país, mas apenas na capital houve repressão, para manter a imagem "positiva" dos jogos.

10. Le Monde, 10/08/2003.

11. Ver, dentre outras fontes, www.listin.com.do (jornal local).

12. O então presidente nacional, Hipólito Mejía, declarou à imprensa que o referido padre, a quem designava de "o novo Mao Tse Tung dominicano", padecia de problemas psíquicos.

IV - Tentando concluir

A história dos Jogos Olímpicos da era moderna abriga certamente um capítulo especial da história mais geral do planejamento e das políticas urbanas no século XX. Muitas lições podemos colher desta larga experiência internacional. Sobretudo quando estamos diante da realização de um evento desta mesma natureza em nossa cidade.

Vimos que a experiência acumulada em um século apresenta diversas formas de se modificar uma cidade, quando se pretende organizar um evento olímpico. Dependendo do projeto político dos governantes, dos interesses empresariais em jogo e das normas que os regulam, bem como do grau de conscientização e mobilização da sociedade local, o resultado pode ser bastante diferente.

A cidade do Rio de Janeiro já teve a oportunidade de debater a realização de um evento desta natureza, quando se candidatou aos Jogos Olímpicos de 2004. Em 1996, a cidade encontrava-se sob a gestão de César Maia, prefeito eleito com base no discurso da ordem moralizante, da segurança pública e da retomada do crescimento econômico, enquanto



economista pós-graduado, auto-intitulado portador da competência gerencial e tecnocrática. A vitória nas eleições de 1992 deu-se após um acirrado segundo turno com a candidata do PT, Benedita da Silva, considerada por seu adversário como representante da anarquia urbana (porta-voz da favela, "adversária do asfalto"), da informalidade, da incapacidade gerencial e de ideologias estatizantes então recém-derrotadas, simbolicamente, através da queda do Muro de Berlim, em 1989.

Ex-militante de esquerda, convertido ao receituário neoliberal que ascende mundialmente nos anos 1980, o novo prefeito aposta numa gestão em parceria aberta com o grande capital. Neste sentido, investe na realização de grandes eventos, pretensamente capazes de gerar "emprego e renda" e promover a boa imagem da cidade, sofrida por décadas de decadência econômica (pós-1960), expressa na intensa favelização, no desemprego e nos altos índices de violência urbana.

Em circunstâncias distintas das que geraram o projeto de realização dos Jogos Pan-Americanos, a elaboração do projeto de candidatura contou com a participação de segmentos da sociedade civil organizada, resultando numa perspectiva de intervenção urbanística pautada na redistribuição espacial dos equipamentos, no aproveitamento racional dos recursos e da infraestrutura existente, e na revitalização de áreas.

Caso os Jogos Olímpicos tivessem sido realizados no Rio de Janeiro, em 2004, a abandonada Ilha do Fundão teria adquirido um aproveitamento intensivo de seus vastos espaços, tornando-se privilegiada concentração de equipamentos esportivo-recreativos. Vale ressaltar que tal infra-estrutura estaria ao alcance de segmentos sociais de baixa renda que habitam o entorno imediato da Ilha, medida salutar face à crônica carência de opções de lazer para os habitantes da zona norte da cidade¹³, que não desfrutou historicamente dos caudalosos investimentos públicos da zona sul, nem apresenta a

13. Do ponto de vista urbanístico, trata-se de uma extensa área urbana, cujo processo de ocupação não predestinou zonas livres ou verdes para o lazer popular, realizando um preenchimento compacto e contínuo das terras que outrora abrigaram usos rurais.

morfologia moderna e descompacta da zona oeste, para onde se dirigem atualmente muitas das iniciativas no setor de lazer, como por exemplo os parques temáticos.

Perdeu-se aquela disputa para Sydney, mas a cidade do Rio de Janeiro conquistou em 2003 o direito de sediar um evento olímpico de menor porte: os Jogos Pan-Americanos de 2007. O que se nota é que o planejamento urbano que envolve o evento apresenta princípios bastante distintos daqueles que nortearam a candidatura supracitada. Desta vez, movida por um urbanismo mercadofilo, a gestão da cidade se orienta no sentido de atender aos diversos interesses empresariais, concentrando em área nobre (entorno da Barra da Tijuca) a maior parte dos investimentos: a vila olímpica e a maioria das instalações esportivas. Algo bem distinto do que se propunha em 1996, quando se encarava a realização dos Jogos como oportunidade para dinamizar áreas deprimidas, redistribuir equipamentos de uso coletivo e, de um modo geral, tornar a cidade menos perversa em sua geografia social.

Em suma, a cidade que emergirá deste evento tende a consolidar um modelo excludente e segregador. O

que pode ser amenizado se, a dois anos de sua realização, os movimentos sociais, os representantes da população no legislativo e outras esferas do poder público interferirem positivamente no andamento e no redirecionamento dos projetos.

Referências bibliográficas

ALCANTARA, G., ARAÚJO, R., COSTA, C., MARQUES, G. e MENDES JR., W. O direito e o avesso de um projeto dito estratégico: uma visão a partir dos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo na República Dominicana. IX Semana de Planejamento Urbano e Regional. IPPUR/UFRJ, CD-ROM, 2003.

ANDRANOVICH, G., BURBANK, M. e HEYNG, C. Olympic cities: lessons learned from Mega-Event Politics. *Journal of Urban Affairs*, v.23, n.2, pp. 113-131, 2001.

AUGUSTIN, Jean-Pierre. *Sport, Géographie et Aménagement*, Bordeaux: Édition Nathan, 1995.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: _____, MARICATO, E. e VAINER, C. *A Cidade do Pensamento Único - Desmanchando Consensos*. 3ª Edição Editora Vozes, Petrópolis, 2000, P.192.

BALE, John. Sports Geography, London: E. & F.N. Spon, 1989.

BONIFACE, Pascal (org). Géopolitique du Football. Bruxelles: Éditions Complexe, 1998.

BURGEL, Guy. Atenas, o olimpismo à guisa de urbanismo. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v.6, n.1, maio 2004, pp.69-83.

GRATON, Chris. The Economics of Modern Sport. Culture, Sport and Society, 1(1), May 1998.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: Espaço & Debates, nº 36, 1996, pp. 48-64.

HAYNES, Jill. Impacto Socioeconômico de los Juegos Olímpicos de Sydney 2000. Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport. <http://olympicstudies.uab.es> (acesso em 17 de maio de 2005).

LAW, Christopher. Culture, entertainment, sport and special events. In: _____ Urban Tourism: the visitor economy and the growth of large cities. London: Continuum, 2002.

MCKAY, M. & PLUMB, C. Reaching beyond the gold: the impact of the olympic games on real state markets. Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport. <http://olympicstudies.uab.es>

(acesso em 16 de maio de 2005).

MASCARENHAS, Gilmar. Construindo a Cidade Moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC (Fundação Getúlio Vargas). Número 23, pp, 17-39, junho de 1999.

_____. A cidade e os grandes eventos olímpicos: uma geografia para quem? LECTURAS: Educación Física y Deporte -(ISSN 1514-3465) - Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - Nº 78 - noviembre de 2004.

MILLET, Lluís. Los juegos de la ciudad. In: MORAGAS, M. e BOTELLA, M. (orgs.) Las claves del éxito: impactos sociales, deportivos, económicos y comunicativos de Barcelona '92. Barcelona: Centro de Estudios Olímpicos y del Deporte, 1996.

MUÑOZ, F. Historic evolution and urban planning typology of Olympic Villages, Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport. Barcelona, 1996.

SCOTT, Allen. The cultural economy of cities. International Journal of Urban and Regional Research, 21 (2): 323-339, 1997.

STEINER, M. THONI, E. Sport as a tool for regional development. In: JEANREHAUD, Claude. The economic impact of Sport Events. Neuchâtel: CIES, 1999.

Grandes projetos urbanos e fronteiras sociais: irrupções da resistência

Danielle Barros (PIBIC/CNPq) e Leonardo Picinatto (FAPERJ)

Orientadores: Fernanda Sánchez e Glauco Bienenstein

Colaboradores: Bárbara Canto (CNPq/PIBIC)

e Bruna Guterman (CNPq/PIBIC)

1. Apresentação

A dominância financeira das formas de gestão e realização da riqueza tem configurado, novas e complexas formas de produção e apropriação do espaço das aglomerações urbanas.

Nesse sentido, as transformações das metrópoles contemporâneas vêm sendo associadas à celebração de

eventos emblemáticos nos âmbitos da cultura, do esporte e do lazer, com vistas à sua inserção internacional e à ampliação das redes e fluxos que participam do circuito mundial de valorização da cidade-mercadoria: empreendimentos imobiliários, indústria cultural e as grandes operadoras de turismo.

Competitividade, "empresariamento" (urbano), planejamento estratégico (por projetos), intervenções



pontuais, entre outros enunciados, passam a compor o rol das iniciativas a serem adotadas pelos administradores das cidades vinculados aos mais diversos matizes político-ideológicos. Tal enunciado tem sido apresentado como solução modelar "milagrosa" voltada à instauração de um consenso que, por sua vez, conduz a uma cidadania-fabricada que acaba dando suporte às iniciativas a ela vinculadas.

Reconhecidos e tomados como modelos que devem ser seguidos tendo em vista o sucesso quando aplicados em outras cidades, tais enunciados têm se espalhado mundo afora, configurando o receituário a ser seguido pelas diversas localidades, em detrimento de suas respectivas identidades e/ou singularidades sócio-geográficas e culturais.

No entanto, contestações e irrupções de resistência cidadã vêm sinalizando as possibilidades de emergência de alternativas a essa tendência hegemônica.

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca do modelo de cidade e de cidadania associado a três grandes eventos/projetos, a saber: Barcelona Olímpica 1992, Fórum Universal das Culturas Barcelona 2004 e Jogos Pan-Americanos Rio de Janeiro 2007, e a emergência das crescentes expressões de resistência que desafiam tal modelo. Desse modo, a proposta de re-visitare dois momentos da experiência de Barcelona poderá oferecer elementos que permitem antever e colocar em debate alguns desdobramentos, aí incluídas possibilidades de instauração de resistências, do modelo de planejamento e projeto urbano associado à celebração dos Jogos Pan-Americanos na cidade do Rio de Janeiro.

2. O “colossalismo” da Barcelona Olímpica

“Se os jogos não existissem, os teríamos inventado”; costumava dizer o ex-Prefeito de Barcelona, Pasqual Maragall, para referir-se às Olimpíadas de 92 como uma ótima “desculpa” para o ambicioso projeto de renovação urbana nos anos 80 e 90. A cidade investiu vultosas quantias e implementou projetos urbanísticos de grande envergadura, redefinindo centralidades e constituindo verdadeiros marcos na evolução urbana.

O fundamento das práticas de intervenção espacial passava do minimalismo ao “colossalismo”: dos pequenos projetos da chamada “acupuntura urbana” às grandes “operações urbanísticas”. (SÁNCHEZ, 2003, p.234).

Uma das obras emblemáticas do período foi o Moll de la Fusta (1987), tendo como principal objetivo o “reordenamento da fachada marítima”. Outras obras semelhantes a esta, como a nova fachada marítima de Poblenou, Barceloneta e a Vila Olímpica se sucederam, como mega-operações imobiliárias legitimadas sob a imagem da “recuperação do diálogo da cidade com o mar”.

As vilas olímpicas de Barcelona constituem uma inflexão em termos da destinação de novas moradias, agora visando a atração de segmentos das classes médias e altas, e não mais ao uso popular, marca tradicional das vilas olímpicas até então. A macro-proposta urbanística para a vila olímpica foi realizada pelo escritório de arquitetura de Oriol Bohigas. É, ao mesmo tempo, resultado e instrumento de um novo projeto de cidade pois associa residências, escritórios e empresas a um significativo complexo de animação turística, de lazer e de consumo.

Plano geral para o conjunto que inicialmente abrigou os atletas olímpicos foi dividido entre diferentes escritórios de arquitetura que tiveram que obedecer a algumas normas gerais estruturadoras daquele espaço. Desse modo, a morfologia da vila olímpica segue o padrão de tecido urbano da Barcelona do Plano Cerdà (1859), e pretende caracterizar, ainda, um certo controle do poder público em relação à escala da cidade e à atuação do mercado imobiliário.

O Governo Municipal, mediante o "olimpismo", atraiu capitais públicos e privados para empreender a reconstrução da Cidade a prazo fixo. Esta pressão para uma violenta política de "fazer cidade" forçosamente inscreveu o processo na chave do aproveitamento máximo de mercado, na mais pura ótica do capitalismo (imobiliário) em suas articulações atualizadas com os demais mercados: de consumo, de serviços, do turismo, da cultura e das localizações das empresas transnacionais.

3. Fórum universal das culturas Barcelona-2004: uma segunda olimpíada da especulação?

Os gestores do chamado "modelo-Barcelona" têm buscado orientar suas estratégias e ações de modo a recriar e reinventar permanentemente grandes projetos/eventos afirmativos desse modelo. Como nas Olimpíadas de 1992, o Fórum Universal das Culturas Barcelona-2004 constituiu-se num grande evento que pretendeu dar continuidade às reformas urbanísticas iniciadas com as Olimpíadas.

Tal continuidade, materializada por esses projetos e eventos, expressa o modelo de gestão e de produção do espaço (urbano) caracterizado por um receituário padrão. Neste contexto, relidas pela lógica do capitalismo atual, de corte seletivo e excludente, as cidades se renovam constantemente na busca dos investimentos do circuito mundial de valorização.



esplanada no water-front de Barcelona, construída especialmente para abrigar tal evento. Nele foi trabalhada uma nova imagem da cidade baseada em temas que têm adquirido popularidade nos últimos anos: "cidade da paz", "cidade multicultural" e "cidade sustentável".

Face ao questionamento de seus conteúdos produziu-se simultaneamente um enorme investimento em outras frentes: empreendimentos imobiliários na área do entorno do Fórum (constituída na principal área de expansão urbana), hotéis de luxo, centros empresariais. Os órgãos da administração pública implicados na organização do Fórum começaram a estabelecer convênios de colaboração com grandes empresas privadas multinacionais de forma a cobrir os gastos previstos. Apesar da política de todas as empresas patrocinadoras do Fórum ter sido objeto de grande polêmica, a participação da empresa Indra chamou mais a atenção por ter como atividade principal a tecnologia militar, sendo bastante questionável em um Fórum que procurava debater a "paz".

Ainda mais complicada foi a situação no início do conflito entre os EUA-Inglaterra-Espanha e o Iraque, quando a população de Barcelona invadiu as ruas em manifestação pedindo ao Fórum que se



pronunciasse contra a guerra. Mas a participação do Governo no Fórum implicava na manutenção do consenso e na "proibição" de qualquer declaração contra a guerra no Iraque.

Para realizar o Fórum Universal das Culturas, Barcelona promoveu atualizações na sua estrutura urbana fazendo reformas por todos os lados. A área do evento, de 230 mil metros quadrados é composta por um complexo espacial que inclui a implantação de dois pólos: (I) Pólo Científico-Tecnológico, que agrega atividades ligadas à indústria aero-

espacial, Parque Biomédico e Parque Tecnológico de Informação e Comunicação, aí incluídas áreas residenciais e de serviços, Usina Termodinâmica, Célula Fotovoltáica; (II) Pólo Cultural, composto pelo conjunto arquitetônico do Fórum 2004 que abriga grandes edificações ligadas à cultura e ao lazer, como teatros, arenas para shows, o centro de convenções de Herzog e De Meuron, dentre outros.

Ao contrário do evento olímpico, que contou com uma festejada adesão social, o projeto "Fórum" apresentou uma grande resistência de coletivos de bairros afetados pelas operações urbanas como os de Poblenou, Besós e La Mina, além de expressões significativas de grupos e redes organizados contra a iniciativa. Dentre elas, destacam-se: Assembléia de Resistência ao Fórum, FOTUT 2004,

Coletivo de Arquitetos Americanos, Federação de Associações de Vizinhos de Barcelona, União Temporal de Escritores, Coletivo do Instituto Catalão de Antropologia, com importantes desdobramentos na opinião pública acerca dos reais efeitos desse modelo de intervenção. Críticas ao Fórum passaram a ocupar também espaço na mídia, em charges e crônicas a respeito do desperdício em torno da celebração do evento e das contradições que ele suscitava.

4. Pan 2007: uma versão tupiniquim dos Jogos Olímpicos de Barcelona?

O Rio de Janeiro vem experimentando uma versão "tupiniquim" do modelo de planejamento estratégico empregado na cidade de Barcelona empreendido, principalmente, nas administrações mais recentes.

Desde 1992, a cidade carioca, por meio de seus governos municipais, mantém uma estreita relação com os planos e projetos executados em Barcelona. Durante a realização dos Jogos Olímpicos, o Rio sediava a Eco-92 no complexo do Riocentro; a

elaboração do Plano Estratégico da cidade carioca contou com a participação de consultores catalães; posteriormente, enquanto Barcelona sediava um grande evento como o Fórum 2004, o Rio de Janeiro começava os preparativos para a realização dos Jogos Pan-Americanos em 2007.

Dessa forma, tendo reconhecido os efeitos reestruturadores dos jogos em todas as cidades que sediaram iniciativas dessa natureza, a Prefeitura do Rio de Janeiro iniciou em 1996, sua candidatura para abrigar os Jogos Olímpicos de 2004. Esta iniciativa gerou uma ampla mobilização popular e midiática, além de inúmeros projetos urbanísticos que objetivavam preparar a cidade para este fim.

A cidade não conseguiu ter sua candidatura aprovada para sediar os Jogos Olímpicos de 2004. No entanto, talvez como um prêmio de consolação, conquistou o direito de sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007.

Este projeto consiste em um grande complexo urbanístico-arquitetônico distribuído pela cidade em quatro grandes áreas (sua geografia revela, mais uma vez, a tentativa de espelho com o modelo Barcelona).

No entanto, a maior parte das edificações e intervenções propostas está concentrada na Barra da Tijuca. Dentre os principais equipamentos a serem implantados, destacam-se: Vila Pan-Americana localizada na Barra da Tijuca, o Estádio Olímpico do Engenho de Dentro, o "Engenhão", o Complexo Esportivo do Autódromo, o Centro de Convenções do Rio-Centro e o Complexo Esportivo da Cidade do Rock, entre outros.

Corroborando com o que se tem constatado na aplicação dos modelos de gestão urbana estratégica, do qual o projeto Pan pode ser identificado, alguns segmentos e atores privados se sobrepõem ao poder público, procurando ampliar seus objetivos e interesses.

Seguindo o exemplo de Barcelona 92, a Vila Pan-Americana é projetada em parceria com a iniciativa privada na Barra da Tijuca, em um conjunto de vinte e cinco prédios residenciais com gabaritos de dez pavimentos, com tipologias distintas, num total de dois mil e quarenta apartamentos para abrigar os oito mil atletas esperados.

Durante os estudos para viabilização do projeto foi negociada a flexibilização das normas vigentes de ocupação do solo. Assim, sobressaem, no atual período, indicações das pressões de grupos privados associados, com encaminhamento de diversos projetos de lei que propõem mudanças na legislação urbana no que se refere à otimização da ocupação do solo e ao seu aproveitamento intensivo nos empreendimentos imobiliários.

Um exemplo disso são as sucessivas propostas de revisão dos parâmetros urbanísticos das edificações projetadas para a Vila Pan-Americana de forma a atender aos anseios dos especuladores imobiliários (CREA/UFRJ, 2004), que culminaram com a edição das Leis Complementares números 59, 60 e 61 pelo Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, alterando os parâmetros edilícios da área destinada à implantação do empreendimento. Desta forma, a Prefeitura do Rio suprimiu a metragem mínima das edificações da cidade, que é de 60m², permitindo que o menor apartamento ficasse com apenas 37m² (42 m² com a



varanda). Além disso, permitiu que o gabarito subisse de três para dez andares. Segundo Alfredo Sirkis "contrapartidas valem a pena quando se trata de obra de interesse público". (O GLOBO, 03/04/2005).

Outra questão que pode ser ressaltada em relação à Vila Pan-Americana é a destinação - da população carente que reside na área de projeto. Segundo o Relatório de Impacto Ambiental, o aumento de ocupações subnormais na área se dá pela ausência de uma ocupação

nobre! Neste sentido, para os autores de tal relatório, o projeto da Vila Pan-Americana constitui um importante veículo de valorização imobiliária e desenvolvimento urbano.

Percebe-se claramente, que está em curso uma opção urbanística que privilegia a apropriação dessa área pelos interesses de mercado, o que se traduz muito mais num processo de modernização/reestruturação (seletiva e excludente) do que propriamente de desenvolvimento urbano mais inclusivo.

5. Resistências

Na edição do Pan-Americano do Rio de Janeiro identificam-se, ainda de modo incipiente, certos grupos e coletivos de resistência, ainda tênues, a considerar o estágio de andamento das obras e o empenho da Prefeitura em conquistar a adesão social por meio de uma forte campanha de marketing dos Jogos. A realização dos mesmos foi utilizada como carro-chefe da campanha de reeleição (2004) de César Maia para a Prefeitura do Rio de

Janeiro. A imagem da cidade do Pan afirma o protagonismo político do atual Prefeito e sua legitimação na perspectiva do "time que está ganhando não se mexe".

Apesar de existir um aparente consenso em relação à realização do Pan Americano na cidade, encontramos alguns grupos questionando tal projeto. Por exemplo, o Fórum Popular do Orçamento, alguns vereadores, assim como a mídia têm se pronunciado diante de algumas questões referentes à realização dos Jogos.



Quanto ao Fórum 2004, a resistência se materializou através de diversas formas na cidade, quer por manifestações públicas de repúdio ao evento, mas principalmente nas bilheterias do mesmo, que não atingiu o número de visitantes esperado pelos organizadores.

6. Eixos e questões que convidam ao debate

- Se os projetos de renovação urbana associados à realização de mega-eventos já não encontram, em Barcelona, uma cidadania coesa que lhes dá sustentação, o mesmo ainda não pode ser identificado para o caso do Rio de Janeiro;

- A produção do projeto/evento Pan-Rio 2007 reedita os conteúdos e práticas da Barcelona Olímpica e dos seus projetos estratégicos;

- Os benefícios econômicos para as indústrias de turismo e da construção civil no Município do Rio de Janeiro podem estar associados à agenda social da cidade e às suas metas para 2007, sem trazer prejuízos aos cidadãos da cidade?

- Os investimentos em projetos poderão atender efetivamente às reais necessidades de infra-estrutura da cidade?

- Segundo dados do Fórum Popular do Orçamento Público do Rio de Janeiro, as divergências entre os investimentos trazem questionamentos quanto as suas orientações, uma vez que se constata uma considerável diferença no volume de recursos aplicados no estádio olímpico João Havelange (R\$ 166 milhões) do que em saúde (R\$ 132,6 milhões) e em educação (R\$ 69 milhões em 2004 e R\$ 76 milhões em 2005);

- As irrupções de resistência ao Fórum Barcelona-2004 por parte de diversos segmentos da sociedade catalã podem estar sinalizando um avanço no sentido da construção de uma cidadania crítica a tal modelo, distanciada do padrão anteriormente veiculado pela mídia, da multidão - voluntária-olímpica dos anos 90, imagem fortemente moldada pela propaganda instrumental a tal projeto.

7. Referências bibliográficas

Ata da audiência pública referente ao licenciamento ambiental do empreendimento da Vila Pan Americana. Responsabilidade da AGENCO. Em 14 de abril de 2004.

BARCENOAL'92. I Jornada No'92. Barcelona, 1990.

BUSQUETS, Joan. Barcelona, "La construcción urbanística de un a ciudad compacta". Ediciones del Serbal. Barcelona, 2004.

CREA / UFF. Seminário "Os Jogos Pan-Americanos e a Barra da Tijuca", 11 de agosto, 2004.

DELGADO, M. "La outra cara Del Fòrum de las cultures S.A.". Edicions Bellaterra. Barcelona, 2004.

FAVB. Federación de la Asociaciones de Vecinos de Barcelona. La Barcelona de Maragall. Barcelona, 1992.

LÓPEZ SÁNCHEZ. Todos, mayorias y minorias en la Barcelona Olimpica. Economia y Sociedad, nº 9, 1993.

MASCARENHAS, Gilmar. "A cidade e os grandes eventos Olímpicos: Uma Geografia para

quem?". LECTURAS: Educación Física y Deporte - (ISSN 1514-3465) - Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - Nº 78 - noviembre de 2004.

SÁNCHEZ, Fernanda E. "A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial". UNOESC: Argos Editora Universitária, 2003. Obra baseada em Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2001, 367p.

SÁNCHEZ, F. BIENENSTEIN, G. "A configuração de um modelo: notas para a inscrição histórica das grandes intervenções na cidade contemporânea". Anais do VIII-SHCU. 2005.

UNIÓ TEMPORAL D'ESCRIBES. "B@rcelona, Marca Registrada. Un model per desarmar". Virus editorial. Barcelona, 2004.

Jornais:

- Magalhães, Luiz Ernesto - "Autódromo terá prédios residenciais e hotéis" - O Globo, 17/11/2004.

- Magalhães, Luiz Ernesto - "Barra, capital das Olimpíadas" - O Globo, caderno Rio, 16/01/2004.

- Marqueiro, Paulo - "Investimentos de R\$290 milhões para o Rio de obras desaguar no Pan" - O Globo, 05/11/2004.

- Andrade, Amaury de - "Intervenção necessária" - O Globo, 09/01/2004.

- "Apartamentos do Pan: inscrições serão em abril" - O Globo, 11/03/2005

- Cristina, Lea. Casemiro, Luciana - "Por dentro da vila do Pan" - caderno Morar Bem - O Globo, 03/04/2005.

Revistas:

- "Os jogos Pan-Americanos irão trazer benefícios ao Rio de Janeiro?" - Fato & Opinião - Revista Arquitetura e Urbanismo, ano 20, n.º 132, pág. 10 março/2005.

Sites:

www.barcelona.indymedia.org/?category=forum_2004

www.moviments.net/resistencies2004

www.espaienblanc.net

www.forumperjudicats.com

www.fotut2004.org

www.barcelona.com

www.parccentralpark.net

www.bcnova.com

www.citymined.org

www.sindominio.net/ofic2004

www.cob.com.br

www.barcelona2004.org/esp/

www.rio.rj.gov.br/ipp/

Canadá

Escolhas Olímpicas*

Os proponentes das Olimpíadas de Inverno de 2010 afirmam que os Jogos Olímpicos proverão grandes benefícios econômicos para os colúmbia britânicos (naturais da região de Colúmbia Britânica, no oeste do Canadá), de forma que os retornos econômicos justificam os custos de se organizar e sediar os Jogos Olímpicos.

No entanto, nem a Comissão de Candidatura Olímpica do Canadá 2010, nem qualquer um de seus membros participantes (as cidades de Vancouver e Whistler, ambas situadas na região de Colúmbia Britânica, e os governos provincianos e federais) empreenderam uma avaliação econômica sistemática dos custos e benefícios dos investimentos e outros compromissos exigidos para que se possa ser anfitrião dos Jogos. Ao invés

disto, eles citaram estudos de impactos econômicos que exageram em muito os benefícios, e não medem os custos corretamente.

Análises de impactos econômicos consideram todas as despesas como um benefício. Elas não diferenciam o dinheiro gasto para construir um hospital novo, um novo estabelecimento esportivo, ou uma simples obra pública de conservação de ruas. Em outras palavras, elas não se dirigem ao valor do que é produzido, nem ao que é deixado de ser feito ou construído para prover os bens e serviços que são adquiridos (o que economistas se referem como custos de oportunidade). É por isso que diretrizes governamentais recomendam a utilização de análises de custo e benefício.

2010

\$\$\$

COOP CANADÁ

*Artigo publicado pelo movimento independente e não partidário canadense CCPA (Canadian Centre for Policy Alternatives), cujo foco principal é a área de justiça social e econômica.

Uma análise dos custos e benefícios de ser o anfitrião dos Jogos Olímpicos mostra que estes não pagarão por si mesmos. Não existe dúvida alguma de que haverá um custo financeiro líquido, os quais os cidadãos terão que pagar seja através de aumento de impostos, aumento da dívida, ou cortes adicionais de despesas em infra-estrutura ou serviços por parte do governo. Baseando-se na revisão da contas feita pelo Auditor Geral da Candidatura Olímpica, acreditamos que o verdadeiro preço a ser pago para ser anfitrião dos Jogos está na ordem de \$1.2 bilhão de dólares canadenses, incluindo o aumento das receitas oriundas de impostos e o benefício de se obter melhorias na rodovia "Sea to Sky" antes do que era previsto. Caso uma linha de trânsito expressa entre o Aeroporto Richmond e a cidade de Vancouver se torne parte do pacote Olímpico, o custo global aumentará para \$2 bilhões.

Porém, estas contas estão sujeitas a numerosos riscos e podem ser substancialmente altas - muitos dos custos e previsões de receitas são preliminares; alguns dos compromissos não foram incluídos dentro dos Jogos ou nos orçamentos do governo; e quantias consideráveis de apoio de governo e contribuições não foram identificadas explicitamente, nem contabilizadas.

Os benefícios de um potencial desenvolvimento econômico oriundo dos Jogos Olímpicos - citado como \$10 bilhões de dólares canadenses em atividade econômica e quase 250.000 empregos gerados - também foi exagerado imensamente. Estas estimativas incluem o impacto de um novo Centro de Convenção e Comércio de Vancouver, que não faz parte da candidatura, não foi incluído nos custos relativos aos Jogos, e que será criado indiferentemente de sermos ou não anfitriões dos Jogos.

Além disso, o estudo de impacto econômico no qual essas estimativas estão incorretamente baseadas assume que os gastos relacionados com os Jogos não acarretarão nenhum aumento de preços e que todos os trabalhadores que serão contratados estariam desempregados, caso os Jogos não fossem realizados.

Os números relativos às taxas de emprego ignoram a diferença entre um ano de trabalho de uma pessoa e um emprego (um emprego com durabilidade de sete anos é contado sete vezes como se o contrato fosse feito a cada ano). Até mesmo se aceitarmos uma estimativa média de emprego no mais recente estudo de

impacto, seria equivalente a umas 5.600 ocupações em andamento, trabalhos de tempo integral durante os sete anos em que se calcula que os Jogos tenham alguma influência direta. Com \$1.2 bilhão de dólares canadenses de gasto, isto é considerado um efetivo subsídio público de uns \$220.000 por emprego criado. Outros estudos sugerem que o impacto sobre a geração de emprego pode ser mais próximo de 1.500 postos de trabalhos novos, e então o subsídio seria muito maior.

Por fim, os Jogos concentrarão seus benefícios econômicos em Lower Mainland (área metropolitana de Vancouver) e Whistler, onde o desemprego é relativamente baixo se comparado a outras áreas da província.

Para sermos justos, a Comissão de Candidatura fez compromissos extensos para minimizar os impactos sociais e ambientais negativos, e também maximizar as oportunidades para os colúmbia britânicos,, especialmente os indivíduos de baixa-

renda. Entretanto, o custo total destes compromissos não foi orçado. Mais adiante, os impactos ambientais negativos do desenvolvimento e da expansão de instalações, além do aumento da acessibilidade para locais novos, tais como o Vale de Callaghan, serão difíceis de serem efetivamente amenizados.

Se existirem justificativas para se desejar ser anfitrião das Olimpíadas, são os benefícios que os colúmbia britânicos desfrutarão por hospedar e assistir aos Jogos, utilizando os estabelecimentos construídos que permanecem após os Jogos. Estes benefícios não são insignificantes, e é impossível atribuir valor a eles. A pergunta é se eles valem a escolha - quanto estamos dispostos a pagar em impostos mais altos, ou abrindo mão de melhorias de infra-estrutura ou serviços, a fim de adquirir o direito de sediar as Olimpíadas?

É por não reconhecer esta pergunta que políticos e proponentes da Candidatura aos Jogos Olímpicos têm falhado.

10 razões para se opor a todos os Jogos Olímpicos

Brian Martin¹

As críticas não se dirigem aos dedicados e talentosos atletas, nem mesmo aos seus técnicos e patrocinadores. Não digo também que não há valor algum nos Jogos Olímpicos. No entanto, meu argumento é que existem tantos problemas intrínsecos a eles que seria melhor a abolição de todos os Jogos juntos.

Existem diversas razões para se opor à realização de Jogos Olímpicos, não somente aos de 1996 em Atlanta e o de 2000 em Sidney, mas a todos eles. Um resumido esboço de dez razões é apresentado neste artigo. Os pontos apresentados resumem idéias analisadas de forma profunda e detalhada em diversos estudos. Infelizmente, análises críticas sobre as Olimpíadas não recebem atenção alguma se comparadas à extensa promoção governamental e comercial dos Jogos.

* Publicado em Freedom, Vol 57, N°15, 3 de Agosto de 1996, p. 7, com pequenas modificações e omissões de referências. Uma versão resumida foi publicada em Green Left, em 22 de maio de 1996, p. 13.

1. Professor de Ciências, Tecnologia e Sociedade na Universidade de Wollongong, na Austrália.

1. Nacionalismo

Os Jogos são uma arena para disputas políticas. Os Jogos de 1936, realizados em Berlim, foram utilizados pelo regime Nazista para reforçar seu prestígio. O governo do Estados Unidos da América liderou um boicote aos Jogos de Moscou em 1980 como forma de protesto contra a invasão soviética ao Afeganistão. O governo soviético liderou um boicote aos Jogos de Los Angeles em 1984 em grande parte como forma de revanche ao boicote liderado pelo governo americano nos Jogos anteriores.

A retórica usualmente utilizada é a de que esportes e política não se misturam, contudo o que se percebe é que as Olimpíadas foram utilizadas como arma política desde sua primeira edição. Decisões políticas são tomadas desde a decisão de onde serão realizados os Jogos até a escolha dos países que participarão do mesmo. Os boicotes aos Jogos são formas de exercer pressão política. Exatamente pelo fato de que os esportes são vistos de forma neutra pela sociedade, é que essas estratégias são tão efetivas para os propósitos políticos.

Os governantes na busca de prestígio pelas vitórias olímpicas organizam o treinamento de atletas de elite. Nas Olimpíadas, as competições entre atletas são transformadas em competição entre Estados. Os atletas não podem participar caso seus países não participem. As vitórias individuais e dos times são encaradas como vitórias nacionais, simbolizadas por bandeiras e hinos, que ecoam pelo mundo todo. A cobertura pela mídia dos países é freqüentemente imparcial e tende a exaltar seus próprios atletas, refletindo e reforçando o sentimento de nacionalismo.

O Comitê Olímpico Internacional (IOC), uma organização não democrática, é composta por representantes dos países membros. Este Comitê é um veículo de luta política internacional. Sediar os Jogos é visto como uma oportunidade de promover o prestígio nacional. Estados de visões políticas opostas - liberal democrático, comunista, fascista, militar - abraçaram a idéia dos Jogos, demonstrando a falta de princípios éticos do evento. O Comitê Olímpico Internacional tem buscado a participação de todas as nações, sem aplicações de testes e critérios oficiais seletivos.



2. Comercialismo

Interesses de corporações penetram nas Olimpíadas através de patrocínios dos próprios Jogos e por uso e patrocínio de atletas para propósitos comerciais. A mídia nutre a idéia de que os Jogos são um grande espetáculo, promovendo profissionalização e comercialização.

Atletas com visibilidade podem se beneficiar com a assinatura de contratos lucrativos. O sucesso no esporte torna-se um meio de venda de produtos. A sonhada medalha de ouro torna-se um meio utilizado por atletas e patrocinadores para aumentarem seus lucros. Comercialismo e

Nacionalismo transformam os Jogos Olímpicos cada vez mais em uma atividade destinada apenas a atletas de alto rendimento e profissionais com dedicação integral.

As Olimpíadas se tornaram um grande balcão de negócios, principalmente através da televisão. Os meios de comunicação de massa usam o esporte para vender programas a anunciantes. Os Jogos e sua imagem de evento esportivo de maior importância são um sonho para os anunciantes de atingir uma audiência global para seus produtos.

Através de grandes receitas provenientes das emissoras de TV, o Comitê Olímpico Internacional se

tornou o maior beneficiário das atividades comerciais, operando como uma corporação transnacional. Suas decisões são tomadas em grande parte baseadas nos fluxos de capitais.

3. Competição

Os Jogos são exclusivamente competitivos. Isto significa que, no final das contas, a maioria dos competidores é composta por perdedores. O foco está em poucos vencedores, ao passo que existem muitos outros que batalham durante anos sem obter a vitória, algumas vezes por falta de sorte, outras por possíveis conluios por parte das corporações esportivas. De qualquer forma, a natureza da competição em um nível internacional significa que somente uma pequenina fração dos competidores poderá sair dos Jogos como vencedores.

Competições com altos prêmios - medalhas olímpicas - significam que o objetivo se torna a vitória a todo custo. A pressão pela obtenção das vitórias serve de incentivo ao uso de drogas ilícitas, manutenção de segredos durante os treinamentos, tentativas de manipulação psicológica dos oponentes, e treinamento e disputa de competições mesmo enquanto se está lesionado.



A ênfase na competição e na vitória significa que formas de atividades físicas mais participativas e cooperativas são marginalizadas. A prática de esportes pode ser satisfatória e benéfica, ambas física e mentalmente, para qualquer pessoa da sociedade. Isto somente acontecerá caso o objetivo principal seja a participação, e não apenas a vitória nas competições. Os Jogos Olímpicos são competições de elite, entre atletas e Estados. A obsessão pelo sucesso olímpico subestima o objetivo do esporte cooperativo e participativo.

4. Dominação masculina

Desde o começo das Olimpíadas a quantidade de atletas, técnicos e árbitros do sexo masculino sempre foi muito maior do que a quantidade de mulheres. As atletas recebem menos apoio em termos financeiros e existem menos esportes olímpicos, em que elas podem compe-

tir. Muitos comitês olímpicos nacionais não possuem nenhum membro do sexo feminino e não enviam nenhuma mulher aos Jogos.

As competições incluídas nos Jogos Olímpicos são aquelas que conferem vantagens aos homens, uma vez que enfatizam a força e a velocidade. Por exemplo, a maioria dos esportes ligados à corrida e natação são vencidos em questão de segundos ou minutos. As mulheres competem de forma igualitária, senão superior aos homens no tocante aos esportes de resistência, tais como as competições de longa duração da natação. No entanto, nas Olimpíadas elas participam apenas das provas de curta duração. Da mesma forma, competições que privilegiam a precisão e a habilidade, em detrimento da força, dariam às mulheres maiores chances de vitória. Seria possível selecionar ou determinar competições que ofereçam condições igualitárias de vitória para homens e mulheres, contudo isto nunca foi considerado. Ao invés disso, as mulheres são forçadas a se adaptar às competições destinadas aos homens. Isto ajuda a manter a ênfase na competição, em detrimento da cooperação.

A dominação masculina no movimento Olímpico reflete e reforça a predominância de homens nos jogos esportivos que recebem maior atenção na maioria dos países do mundo.

5. Racismo

Os Jogos foram criados pelas elites européias e construídos com base nos esportes ocidentais. Através da publicidade mundial nas Olimpíadas e a competição pela glória nacional, cada vez mais esses esportes têm sido adotados em países em que não possuem popularidade alguma.

Muitos países não-ocidentais têm histórias longas de jogos esportivos indígenas e jogos que não se ajustam ao modelo ocidental. Estas tradições foram ignoradas. O Comitê Olímpico Internacional é dominado por perspectivas ocidentais de esportes e aparenta não tomar conhecimento dos estilos e tradições não-ocidentais. Isto sem mencionar o racismo que pode ocorrer entre os times, e inclusive dentro de um mesmo time.

6. Violência

Muitos jogos esportivos, tais como boxe, arco-e-flecha e dardo, são modelados em habilidades para a guerra. Alguns esportes envolvem violência, incluindo esportes de aparente "não-contato", como o basquete. A

competição intensa e o partidarismo, combinados aos esportes, freqüentemente geram agressividade entre os espectadores. Em algumas ocasiões, eventos esportivos foram o gatilho para o início das guerras. Em geral, esportes competitivos refletem, mais do que reduzem, a violência no resto da sociedade.

As Olimpíadas foram criadas para fomentar a paz e a harmonia. Ao invés disto, têm se tornado uma arena para a continuação da violência entre indivíduos em competições, e entre Estados na luta por poder e status. A decisão de Atenas ser a sede dos Jogos Olímpicos de 1896 estimulou o nacionalismo grego, acarretando uma guerra contra a Turquia em 1897. O movimento Olímpico tem sido incapaz de tornar seu objetivo principal, a paz, em uma realidade.

7. Celebridade

Os Jogos fomentam uma cultura de celebridades, na qual as estrelas são postas em evidência, em detrimento dos participantes não pertencentes à elite. Os espectadores se identificam com heróis olímpicos, atribuindo a eles virtudes morais como co-

ragem e integridade. Ademais, a combinação de competições para especialistas, somada a um prêmio pela vitória significa que os atletas olímpicos não desempenham papéis de modelos adequados. Eles podem desenvolver certas habilidades e forças em detrimento de uma vida saudável, competir em detrimento de outros compromissos ou valorizar mais o sucesso pessoal do que uma competição justa ou a ajuda ao próximo. Isto não é culpa dos atletas, mas um sintoma de uma competição entre elites, em que um vitorioso é idolatrado pela mídia e se torna um símbolo de sucesso nacional.

8. Intensificação Tecnológica

As competições de nível olímpico são uma luta entre aplicações de ciências e tecnologias avançadas em equipamentos, treinamentos, psicologias, e drogas (legais e ilegais). No ciclismo, por exemplo, a vitória tende a ser conquistada tanto pela bicicleta com a melhor troca de marchas, quanto pelo melhor ciclista. Os corpos humanos são tratados como máquinas, objetivando o maior sucesso nas competições.

O papel crescente dos meios de intervenções científicas e tecnológicas sofisticadas significa que os indivíduos e países sem as instalações mais



avançadas são prejudicados, ocasionando uma outra dimensão de racismo, construída nos Jogos Olímpicos. Passos poderiam ser dados para superar isto, por exemplo, pela determinação de equipamentos padronizados para os competidores. Porém, isto iria contra os interesses dos governantes com tecnologias superiores.

9. Espectadores

Assistir a competições esportivas, como as Olimpíadas, por exemplo, serve para integrar os espectadores, (especialmente os homens) em um sistema dominante de valoração da rivalidade para o alcance do sucesso. Debaixo do disfarce de desfrute de entretenimento e apoio ao atleta preferido, são inculcadas nos espectadores dos esportes as suposições de que vida é uma competição, que as regras são justas, que a maioria das recompensas vai para os vencedores, e que os perdedores devem apenas se culpar pelas derrotas. Essas idéias são convenientes para manter os trabalhadores em um estágio permanente de inércia. Devido às semelhanças entre a competição nos esportes competitivos e a competição nos negócios, metáforas esportivas ("marcar gol", "campo de jogo") são tão utilizadas fora do terreno esportivo.

10. Repressão governamental

Os países sedes dos Jogos Olímpicos são locais de liberdades civis reduzidas. Devido à vasta audiência e ao grande valor simbólico das Olimpíadas, diversos grupos tentam ganhar visibilidade através de atentados aos Jogos, havendo necessidade de leis e políticas especiais para prevenir este tipo de ato. Terroristas utilizaram as Olimpíadas de Munich em 1972, por exemplo, como palco. À medida que a ameaça se torna maior, aumenta o controle sobre as manifestações de discórdia.

Estratégias para mudança

A) Reforma dos Jogos Olímpicos

Foram apresentadas diversas idéias para eliminar alguns dos problemas relativos aos Jogos. Uma delas é a indicação de Atenas como sede permanente das Olimpíadas. Isto acabaria com as políticas em torno da escolha do país sede dos Jogos, em que apresentar os sócios do Comitê Olímpico Internacional como forma de barganha ficou rotineiro. Outra sugestão

seria a escolha de locais múltiplos para os Jogos, de forma que o fardo (financeiro e simbólico) em uma única cidade fosse reduzido. A terceira estratégia é que os atletas se representem e não representem países. Eles poderiam usar uniformes comuns. Poderiam ser eliminados jogos esportivos disputados por times. Isto reduziria a identificação nacionalista. Essas e outras idéias são boas, mas são opostas aos interesses nacionais e comerciais, e, portanto, de improváveis de serem introduzidas pelo Comitê Olímpico Internacional, representante dos interesses mencionados.

B) Uso dos Jogos como um local para luta política

Outra aproximação é aceitar os Jogos como eles são, mas usá-los como um lugar para empreender várias campanhas. Nas Olimpíadas de 1968, na Cidade do México, corredores negros em fila no posto de chegada deram uma saudação de poder negro aos que completavam a prova, com tremendo impacto simbólico.

Geralmente, entretanto, esta estratégia não é muito frutífera. Requer esforços enormes para se tornar um atleta Olímpico, contudo oportunidades para se fazer gestos políticos são bastante limitadas. Para não-atletas há possibilidades de se fazer protestos, mas os Jogos não provêem um campo para uso político. Os governos e corporações possuem as maiores oportunidades de usarem os Jogos para seus próprios propósitos, seja por sucessos esportivos, boicotes ou anúncios comerciais.

C) Desafiar os Jogos Olímpicos

O primeiro passo é ignorar os Jogos. Isto soa simples, mas pode ser bastante significativo caso os parentes da pessoa ou seus amigos esperarem entusiasmo pelo espetáculo Olímpico.

Outro passo é se opor aos Jogos ativamente, por exemplo, escrevendo cartas, folhetos circulares, organizando protestos, produzindo sátiras, boicotando patrocinadores comerciais e muitas outras técnicas. Isto possui a vantagem de ir além da crítica individual. Mas, seria difícil a obtenção de resultados em curto prazo, dadas as forças globais que promovem os Jogos.

Um terceiro passo é promover jogos alternativos. Nos anos vinte e trinta, havia os jogos de trabalhadores que evitaram muito do nacionalismo e preconceito da alta classe das Olimpíadas. O problema com esta estratégia é que qualquer jogo que se torne uma real alternativa provável às Olimpíadas será afetado pelos mesmos tipos de problemas, como comercialismo, competição e participação passiva dos espectadores.

Uma quarta possibilidade é promover jogos cooperativos (não Jogos Olímpicos do estilo tradicional, mas jogos que signifiquem realmente diversão) e alternativas para as funções psycho-social de esporte. Algumas formas de drama e jogos alternativos podem realizar isto. Muito mais investigações, incluindo provas práticas, se fazem necessárias como alternativas funcionais do esporte competitivo. Agora, entretanto, muito mais dinheiro e esforço são dedicados à biomecânica da natação, à melhora da qualidade das raquetes de tênis e à descoberta de novas drogas para atletas, do que para elaboração de jogos cooperativos.

 PACS é uma organização sem fins lucrativos dedicada ao Desenvolvimento Solidário (ODS) que trabalha com pesquisa socioeconômica e educação e tem sede no Rio de Janeiro. A proposta do PACS é colocar o trabalho e a criatividade de sua equipe a serviço dos movimentos sociais, das entidades eclesiais, dos governos populares, dos grupos de produção associada (cooperativas, empresas autogestionárias, associações, grupos informais e escola de trabalhadores), das escolas públicas e de outras organizações de desenvolvimento solidário na tentativa de pensar a economia de forma diferente e de dar um outro rumo ao nosso sistema sócio-econômico.

Foi fundado em 1986 como a parte brasileira do PRIES - Programa Regional de Investigações Econômicas e Sociais para o Cone Sul da América Latina -, iniciativa de um grupo de economistas comprometidos com processos de transformação social, que retornavam do exílio a seus países de origem: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. O objetivo deste grupo era colocar sua experiência profissional e político-social a serviço dos movimentos sociais em seus respectivos países e no Cone Sul. Esta aliança, no entanto, foi dissolvida em 1995, após nove anos de colaboração e produção coletivas.

O PACS produz pesquisas, análises e reflexão crítica, sob a forma de publicações, programas de rádios e políticas alternativas e projetos de desenvolvimentos; assessorias e atividades educativas.

Saiba mais sobre esta série:

Série Globalização e Solidariedade: Série que se propõe a enfocar assuntos macro-econômicos, apresentando críticas e propostas alternativas aos modelos vigentes. Procuramos evidenciar que só é possível globalizar com solidariedade e cooperação.

Números anteriores:

Nº 1 - Que outra integração é possível? Soberania sim, Alca Não. Adaptação por Sarah Anderson e Marcos Arruda. O projeto da ALCA é contrastado com o de uma integração que aponta para o intercâmbio dos povos, culturas, direitos, sabedoria indígena e popular, mercados e economias do continente americano, cuja base é a vida e a soberania nacional e dos povos.

Nº 2 - Governo Lula e Acordo com FMI. Existem alternativas
Diagnóstico realizado pelos economistas Marcos Arruda e Pedro Quaresma do Acordo firmado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional, analisando suas implicações e apontando alternativas possíveis.

Nº 3 - Mulheres e Economia
Síntese dos trabalhos do Encontro "Mulheres e Economia"; do qual participaram mais de 50 pessoas, através de trocas em um fórum eletrônico (women@socioeco.org) e em dois encontros - um em Paris (2000) e outro em Havana (2001). Foi escrito pela economista Cécile Sabourim com a colaboração de Josée Belleu, ambas do Canadá.

